

Autoridades de Mandaguaçu participam do 1º Encontro da Câmara Técnica de Agricultura na Amusep



Na sexta-feira, 14 de julho, a Amusep reuniu prefeitos, secretários de agricultura da região metropolitana de Maringá e o Secretário Estadual Norberto Ortigara para o 1º Encontro da Câmara Técnica de Agricultura.

O prefeito em exercício Gilmar Cadamuro, o secretário de Agricultura Amarildo Silva e a médica veterinária Dra Luciana Ferrari estiveram presentes. Entre os assuntos abordados estavam a importância do fortalecimento do SIM/POA - SERVIÇOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA de produtos de origem animal com sua adesão ao SUSAF - Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte dos municípios.

O processo de implantação do SUSAF no município de Mandaguaçu teve início em 2018, e essa busca é para evitar o comércio de forma clandestina e possa incentivar os produtores na comercialização de seus produtos não só no município, mas no estado do Paraná, aumentando a renda, aquecendo a economia local e diminuindo as doenças causadas pelo consumo de produtos impróprios.

"A implantação do SUSAF vai nos permitir um conjunto de ações com auxílio aos produtores, melhorando a inspeção sanitária e a fiscalização do qual nos tornará destaque na comercialização de produtos de origem animal", esclarece o prefeito Gilmar Cadamuro. Assessoria de Comunicação

Ercilio Kreling, entusiasta pela Sericicultura



José Ercilio Kreling, 89 anos de idade, mesmo com o peso dos anos, segue entusiasmado; prefeito no primeiro mandato foi que incentivou o cultivo da amora e não conteve emoção em participar do encontro dos sericicultores, evento realizado no Salão Paroquial. Ercilio estava ao lado do filho Rafael, (foto) ex-vice prefeito para acompanhar o encontro dos sericicultores, classe de agricultores que acatou a sua sugestão sobre a renovação agrícola acontecida naquela época e falou para a reportagem:

"Em meu primeiro mandato, um dos grandes desafios foi inovar a agricultura, trazer esperança e renda, após os cafezais serem devastados pelo nematóide e a grande geada. Fomos atrás da sericicultura, fizemos algumas viagens para o Estado de São Paulo, em Bastos conhecemos a Bratac, conversamos com os proprietários, que a princípio ficaram relutantes, mas fomos insistentes, com o plano de incentivos e quando falamos que nossa parte agrícola havia muita agricultura familiar e propriedades de pequeno porte, foi quando se interessaram. E assim iniciamos a parceria. Eu sabia, por ter trabalhado muito tempo

com café que a agricultura gira muito dinheiro, alavanca o município. Some a quantidade de barracões, metros quadrados, quantidade de trabalhadores, é a maior empresa da cidade. Campo forte é comércio forte também.

O bicho-da-seda, para Nova Esperança, não foi somente uma revolução na agricultura, foi uma transformação socioeconômica, o formato de produção me deu a oportunidade de funcionários a conquistarem uma vida melhor, escutei muito relato "Ercilio, trabalhei muito, os bichinhos são exigentes, mas consegui comprar meu pedaço de chão" outros, casa, estudo dos filhos, enfim, uma vida melhor. Tudo isso foi possível, pois as pessoas confiaram no que trouxemos, unimos forças com todos os setores, e todos perceberam que era a saída mais segura para aquele período difícil. E todos trabalharam muito.

Ter participado deste encontro, ter visto os sericicultores, empresa e todos os setores reunidos, traz a esperança de dias melhores, havendo comprometimento e apoio. Hoje nosso querido município é a Capital Nacional da Seda e que esse título siga sendo sinônimo de prosperidade".

Sericicultores se unem para revitalizar e salvar a atividade em Nova Esperança



Os Sericultores do município e região promoveram reunião, realizada no Salão Paroquial de Nova Esperança, juntamente com o IDR-Paraná, (Instituto

de Desenvolvimento Rural do Paraná), ADAPAR, Abraseda, Fiação de Seda Bratac S.A., Poderes Executivo e Legislativo local, Secretarias Municipais

de Agricultura e Meio Ambiente local e da região, cultivadores de Amoreira e criadores do Bicho da Seda com o principal objetivo de recriarem uma nova

Associação de Sericultores, diante dos novos desafios por que passa a atividade, inclusive com aumento significativo das perdas constantes. **Página 3**



Supermercado Amorim Celebra 1 Ano de Sucesso e Dedicação à Comunidade de Itaguajé

O Supermercado Amorim está comemorando seu primeiro aniversário com muita gratidão e satisfação. Ao longo desse último ano, o estabelecimento tem sido um verdadeiro parceiro da comunidade local, oferecendo produtos de qualidade, atendimento excepcional e compromisso social.

"Estamos muito orgulhosos de celebrar dia 14/07/23, nosso primeiro aniversário. Quere-

mos expressar nossa gratidão à comunidade local, aos nossos amigos, clientes e colaboradores que tornaram essa jornada possível. Nosso compromisso é continuar sempre melhorando, oferecendo qualidade, variedade e preços justos, e contribuindo para o desenvolvimento da cidade e região."

Esperamos que você continue a desfrutar de uma ótima experiência de compra no Supermercado Amorim!

Santa Inês promove palestra sobre a prevenção do adoecimento na vida e no trabalho



Na manhã desta terça-feira, 18 de julho, na Câmara Municipal de Vereadores, a Prefeitura de Santa Inês em parceria com o SENAC/Maringá promoveu a palestra "Cuidando de quem cuida: como prevenir o adoecimento na vida e no trabalho".

A palestra com a enfermeira Mariza Souza destacou que aos poucos a preocupação com a necessidade de

cuidar de quem cuida vem se destacando, principalmente no período pós pandemia. A mentalidade de que é preciso cuidar do cuidador é uma ação preventiva. Compreendemos hoje que se ele não estiver se sentindo assistido nas suas necessidades, isto passará a refletir e interferir no atendimento realizado, seja nas mais diversas áreas do conhecimento.

4º COPA DELZIRO DELAZARI DE FUTEBOL AMADOR REGIONAL

GRANDE FINAL

23 JULHO 2023

às 14h:30min

POEMA FC vs RCD ITAGUAJÉ

Local: Estádio Municipal de Paranapoema.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE
APOIO: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Dia de Cooperar

ESPERANÇA, UNIÃO, COMUNIDADE, OPORTUNIDADE, TRANSFORMAR, #VEMCOOPERAR

Arrecadação de Fraldas Geriátricas
(Tamanho GG e XGG)

01 a 31/07
MÊS DA COOPERAÇÃO

HOSPITAL SANTA CLARA

CHAVE PIX PARA DOAÇÃO:
administracao@hospitalsantaclaracolorado.com.br

OS ITENS ARRECADADOS SERÃO ENTREGUES AO

HOSPITAL SANTA CLARA
NOSSE DOM É CUIDAR

Apoio: CATALOG, SICOOP, CRESOL, COCAMAR, 45 ANOS, Sicredi Dexis, Sistema OCB, somos coop, voce pode, Sicredi

FLÓRIDA
FESTIVAL NACIONAL DE CÂMPUS DE VEREADORES

Dias 21 | 22 e 23 de julho | Praça Central

XIV FEST FISH
festa do peixe

XIV FEST FISH
festa do peixe

SEX 21 julho
NETTO & HENRIQUE

FLÓRIDA
FESTIVAL NACIONAL DE CÂMPUS DE VEREADORES

XIV FEST FISH
festa do peixe

SAB 22 julho
Paulo & Nathan

FLÓRIDA
FESTIVAL NACIONAL DE CÂMPUS DE VEREADORES

XIV FEST FISH
festa do peixe

DOM 23 julho
SEMPRE TEM

FLÓRIDA
FESTIVAL NACIONAL DE CÂMPUS DE VEREADORES



ESTADO DO PARANÁ - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023
EDITAL N.º 09/2023

O Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital 001/2023, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, resolve,

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2023, conforme Edital nº 01/2023 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 08/2023.

Art. 2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul/PR, no período compreendido entre os dias 19 a 26 de julho de 2023, das 8h às 11h e das 13:30h às 16:30h, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 3 do EDITAL nº 01/2023 e documentos indicados no anexo I deste edital.

Art. 3º - O candidato deverá estar ciente dos itens 13 e subitens do EDITAL nº 01/2023.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE									
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	CLASSIF.
163556	ELENA GUSMAN SOUZA DE ANDRADE	21/02/1976	45,50	1,50	6,00	3,00	7,50	63,50	1º

AGENTE DE ENDEMIAS									
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	CLASSIF.
164001	ANA GLEICE GONÇALVES ROSA COELHO ANDRADE	24/10/1993	42,00	6,00	6,00	3,00	6,00	63,00	1º
166587	ADRIANA MARIA DA SILVA	14/07/1989	42,00	3,00	3,00	7,50	4,50	60,00	2º

ATENDENTE DE FARMÁCIA									
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	CLASSIF.
165352	TANIA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS	26/03/1984	42,00	1,50	4,50	6,00	3,00	57,00	1º

AUXILIAR ADMINISTRATIVO									
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	CLASSIF.
165982	PATRICK MOISES PERES	04/06/1998	56,00	4,50	7,50	6,00	6,00	80,00	1º
167204	VITOR AUGUSTO DA SILVA FREITAS	10/12/2001	52,50	1,50	6,00	4,50	6,00	70,50	2º
162366	NOEMI CARDOSO DE MORAIS	26/08/2003	49,00	4,50	6,00	3,00	7,50	70,00	3º
166360	LEONARDO DA SILVA RIBEIRO *	12/12/2001	45,50	4,50	7,50	3,00	4,50	65,00	4º
166825	GABRIEL SALATA DE SOUZA KADOWAKI	25/01/1984	45,50	1,50	6,00	4,50	6,00	63,50	5º
165236	RODRIGO FERNANDES DOS SANTOS	04/04/1989	45,50	3,00	7,50	1,50	6,00	63,50	6º
164610	LUIZ EDUARDO BERTON	07/06/1998	45,50	1,50	4,50	6,00	6,00	63,50	7º
165586	HIGOR HENRIQUE SANTOS BARBOSA	19/11/2000	45,50	4,50	3,00	4,50	6,00	63,50	8º
163511	MYLENA BEATRIZ RODRIGUES DA COSTA	28/12/2000	45,50	1,50	4,50	4,50	6,00	62,00	9º
165512	NATELY RAMOS MOURA GABRIEL *	23/07/1995	38,50	3,00	6,00	1,50	6,00	55,00	24º

RECEPCIONISTA									
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	CLASSIF.
165125	DANIELLA LABA PEREBELLI COSTA	24/08/1995	56,00	1,50	4,50	1,50	7,50	71,00	1º
164939	THAINA APARECIDA DOS SANTOS	26/12/1999	56,00	1,50	1,50	4,50	6,00	69,50	2º
167256	PATRICIA DE PAZ	30/04/1983	49,00	1,50	7,50	1,50	6,00	65,50	3º
167419	GISELE DE AGUIAR GERMANO	27/07/1994	49,00	3,00	6,00	3,00	4,50	65,50	4º
167336	JOAO PEDRO ANTUNES DOS SANTOS	24/07/2005	49,00	4,50	1,50	4,50	3,00	62,50	5º
166896	MARIELLE APARECIDA CAETANO DOS SANTOS	31/05/1986	45,50	3,00	3,00	4,50	6,00	62,00	6º

SERVIÇOS GERAIS FEMININO									
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	PT	PE	CLASSIF.
167091	FERNANDA IZABEL DUQUE ALVES	29/10/2004	32,00	14,00	14,00	18,00		78,00	1º

163593	ITA DE CASSIA DE OLIVEIRA CABREIRA	10/10/2000	28,00	16,00	20,00	14,00		78,00	2º
162502	CAROLIANE TEIXEIRA SOARES	08/04/1997	28,00	16,00	18,00	14,00		76,00	3º
162726	REYNATA DE QUEIROZ SANTOS	22/04/1986	32,00	10,00	18,00	12,00		72,00	4º
167351	ZILDA SILVA MENEGES DA MATTA	11/07/1972	24,00	12,00	18,00	18,00		70,00	5º
166382	JANE EVELYN XAVIER	30/06/1990	32,00	12,00	12,00	14,00		70,00	6º
165987	PATRICIA PEREIRA DOS SANTOS BERTON	08/07/1991	32,00	10,00	14,00	14,00		70,00	7º

SERVIÇOS GERAIS MASCULINO									
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	PE	CLASSIF.	
166365	SANDRO VICENTE DE LIMA	24/09/1968	32,00	12,00	20,00	18,00		82,00	1º
162310	GLIVANE RIBEIRO AMARAL	18/09/1983	28,00	14,00	18,00	10,00		70,00	2º
167584	MICHEL BATISTA RODRIGUES *	02/09/2000	36,00	6,00	12,00	14,00		68,00	3º
166549	FELIPE RODRIGUES VIEIRA	17/03/2004	28,00	14,00	12,00	14,00		68,00	4º

TÉCNICO EM ENFERMAGEM									
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	CLASSIF.
163876	ANGELICA NOGUEIRA CARROSSO	18/03/1989	45,50	6,00	4,50	4,50	6,00	66,50	1º
166791	MARIA GORETE BATISTA	04/06/1985	49,00	3,00	4,50	3,00	6,00	65,50	2º
162464	DIRENEIDE DA SILVA FAUSTINO *	21/06/1982	49,00	3,00	1,50	3,00	3,00	59,50	3º
163751	AMANDA DA SILVA MENDES	22/12/1998	42,00	4,50	3,00	3,00	6,00	58,50	4º
162282	DEBORAH HEVELIN DOS SANTOS	11/01/1992	38,50	0,00	6,00	4,50	7,50	56,50	5º

VIGIA									
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	PE	CLASSIF.	
163676	MARCOS JOSE DOS SANTOS	26/01/1977	40,00	18,00	20,00	15,00		94,00	1º
162095	ADRIANA DE SOUZA DE OLIVEIRA	28/04/1983	36,00	16,00	18,00	14,00		84,00	2º
164405	JOSE ROBERTO DOS SANTOS ANDRADE	22/04/1995	36,00	18,00	18,00	10,00		82,00	3º
165887	PAULO HENRIQUE FERREIRA GONÇALVES	02/11/1994	36,00	12,00	16,00	14,00		78,00	4º

ADVOGADO											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
162914	TATIANI APARECIDA GARCIA DOS SANTOS	11/02/1996	59,50	4,50	1,50	4,50	3,00	73,00	2,50	75,50	1º

ASSISTENTE SOCIAL I											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
162766	DANIELA APARECIDA DE MELO FRANCISCO	01/05/1992	56,00	4,50	1,50	4,50	3,00	69,50	0,00	69,50	1º

CONTADOR											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
167604	LUCAS ROBERTO DA ROCHA	09/10/1992	59,50	4,50	3,00	6,00	4,50	77,50	0,00	77,50	1º

ENFERMEIRO I											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
165491	ELOIZA DUTRA DA SILVA	08/05/1996	52,50	4,50	3,00	6,00	4,50	70,50	2,50	73,00	1º

ENGENHEIRO AGRÔNOMO											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
167430	BRUNA RAFAELA BARBIERI GALBIATE	05/09/1991	66,50	1,50	1,50	4,50	4,50	78,50	15,00	93,50	1º

ENGENHEIRO CIVIL											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
162286	MATHEUS FERREIRA LINO	31/03/1992	56,00	6,00	7,50	6,00	4,50	80,00	2,50	82,50	1º

FARMACÊUTICO I											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
162545	HOSANA ROSILENE DA SILVA	17/04/1980	56,00	3,00	4,50	6,00	3,00	72,50	10,00	82,50	1º

MÉDICO I											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
167351	GIOVANNA DANTE VERCEZI	08/09/1995	45,50	3,00	3,00	6,00	4,50	62,00	0,00	62,00	1º

PROFESSOR DE ED. FÍSICA											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
164940	MARCELO DE OLIVEIRA	18/08/1989	38,50	3,00	3,00	3,00	3,00	50,50	10,00	60,50	1º

PROFESSOR											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
165574	FELIPE ENDO ARRUDA NITSCHE	30/01/1992	49,00	4,50	3,00	6,00	4,50	67,00	10,00	77,00	1º
166330	JANAINA MINION	21/12/1977	56,00	4,50	0,00	4,50	3,00	68,00	5,00	73,00	2º
167093	ALBERTO SOUZA SILVA *	08/04/1993	56,00	3,00	4,50	1,50	68,00	5,00	73,00	3º	
164822	GABRIEL SALATA DE SOUZA KADOWAKI	25/01/1984	49,00	3,00	3,00	6,00	4,50	65,50	5,00	70,50	4º
166360	ANDRÉ SANTOS OLIVEIRA	16/12/2002	59,50	3,00	1,50	4,50	1,50	70,00	0,00	70,00	5º
163758	ADRIANA DE JESUS PAULO	09/12/1984	45,50	4,50	6,00	4,50	1,50	62,00	5,00	67,00	6º
163884	LARIY GRACIE COELHO ANDRADE	10/08/1998	45,50	3,00	6,00	3,00	3,00	60,50	5,00	65,50	7º
165401	FERNANDA APARECIDA DA SILVA DESCARDOCI *	18/04/1988	45,50	3,00	1,50	1,50	1,50	93,00	5,00	98,00	28º

PSICÓLOGO 20H											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
165078	JOAO MATEUS DIAS DE SOUZA G. DOS SANTOS	20/05/1992	49,00	4,50	4,50	6,00	4,50	68,50	0,00	68,50	1º

PSICÓLOGO 30H											
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	INF	PE	PT	NF	CLASSIF.
166457	PRISCILA YAMASHITA SILVA	09/09/1996	52,50	1,50	4,50	3,00	1,50	63,00	0,00	63,00	1º

COZINHEIRA										
INSC.	NOME	D.NASC.	CE	CG	MAT	LP	PE	PP	NF	CLASSIF.
166582	PAULA CRISTINA DA SILVA	08/04/1986	32,00	14,00	20,00	18,00	84,00	98,60	92,76	1º
167114	JOCILEIA QUADROS MORONI	10/04/1987	32,00	12,00	18,00	14,00	76,00	97,60	88,96	2º
166067	JANAINA MORETTI	28/01/1988	28,00	14,00	16,00	12,00	70,00	97,20	86,32	3º
164033	DANIELY AMANDA DOS SANTOS	16/12/1998	24,00	10,00	12,00	14,00	60,00	95,00	81,00	4º

MOTORISTA			
-----------	--	--	--

Sericicultores se unem para revitalizar e salvar a atividade em Nova Esperança

Os Sericicultores do município e região promoveram reunião, realizada no Salão Paroquial de Nova Esperança, juntamente com o IDR-Paraná, (Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná), ADAPAR, Abraseda, Fiação de Seda Bratac S.A., Poderes Executivo e Legislativo local, Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente local e da região, cultivadores de Amoreira e criadores do Bicho da Seda com o principal objetivo de recriarem uma nova Associação de Sericicultores, diante dos novos desafios por que passa a atividade, inclusive com aumento significativo das perdas constantes. Ao longo dos anos a Sericicultura veio decaindo em Nova Esperança, muitos produtores abandonaram a atividade causando grande esvaziamento nas pequenas propriedades rurais, o problema se agravou com a chegada de outras culturas que foram tomando conta da região que cultivava amoreira. Além disso, o agravamento dos agrotóxicos

usados na lavoura prejudicam a criação do bicho da seda, a safra 2022/23 foi a pior dos últimos anos, apenas 5% dos produtores conseguiram produzir.

Sandra Manieri, uma das organizadoras do encontro, também produtora de bicho-da-seda é clara: “O desespero dos produtores, esquecidos pelas autoridades criou a necessidade desse encontro que aconteceu no dia 11 último, e vendo que eles estavam esquecidos por nossas autoridades, convoquei alguns Sericicultores para uma reunião, entre eles alguns que perderam toda a safra e outros que conseguiram produzir, após discutir o problema por várias horas, decidimos montar uma comissão em prol da revitalização da Sericicultura em Nova Esperança e região”.

Presentes membros da Comissão Provisória; Sandra Manieri (Presidente) Tohoru Furukawa (Vice-Presidente), Osvaldo de Pádua (Secretário) e equipe de apoio Paulo Pasquine, Célia Pasquine, Paulo Ferreira dos Santos, Célia Ra-



zente, José Faldão, Antonio Marcos Montanha, Claudio Finco, Elidiana Trindade, Comissão esta, que foi acompanhada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Esperança na pessoa do seu Presidente João Zaninelo. A partir deste passo, foi montada uma estratégia de visitar todos os órgãos públicos e privados de Nova Esperança para pedir socorro; começando pela ACINE e em seguida a SED-ENE, o IDR-PR unidade local e as Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente da região, e em todos os contatos foi dado apoio funda-

mental com todos sensibilizados com o problema.

Estiveram também no gabinete pelo Prefeito Moacir Olivatti, que se mostrou preocupado com a situação e informou que tomaria algumas providências. Também a Câmara de Vereadores foi sensível ao problema e a partir daí, iniciaram um trabalho em conjunto com as Empresas Bratac, Abraseda do Brasil, Secretaria da Agricultura do Paraná, IDR/PR, resultando em um Decreto que será votado no Legislativo, proibindo Pulverização Aérea e a volta da

Associação dos Sericicultores de Nova Esperança e Região.

Unindo forças, todos os 200 produtores ouviram o chamado para demonstrar que a Sericicultura não acabou, Nova Esperança é a Capital da Seda e essas 200 famílias em pequenas propriedades dependem da Sericicultura e geram mensalmente R\$ 2 Milhões que acabam girando no comércio local. Assim, no dia 14 de julho foi eleita a Nova Diretoria ficando assim Constituída: Sandra Manieri, Presidente; Tohoru Furukawa Vice-Presidente; José Faldão,

Diretor Financeiro; Paulo Ferreira dos Santos, Antonio Marcos Montanha e Alexandre dos Santos (Suplentes); Osvaldo Pádua, Célia Razente, Célia Pasquini, Elidiana Trindade e Marcos Perin (Conselho Fiscal). Agradecimentos especiais à Renata Amano, Presidente da Abraseda; Júnior, Presidente da Bratac; Moacir Olivatti, Prefeito Municipal; Brayan Pasquini, Presidente da Câmara; Lucas Santander, Secretário de Agricultura; Gustavo, Secretário do Meio Ambiente; Gustavo, Regional IDR/PR; José Francisco e Walter Olivatti, IDR/PR unidade local, Rodrigo Pícoli, SEDENE; Drº Walter Fernandes, Conselho de Leigos; Leonilda da ACINE; Roberto Supervisor da Bratac; José Ercilio Kreling, ex-prefeito que implantou a cultura na região, além do grande apoio e compreensão do Padre Sidney Fabril. Para concluir, Sandra Manieri Presidente formalizou; “Todos foram acatando nossa luta e abraçaram a causa com determinação foram se aglomerando junto a nós e tenho fé que iremos conseguir”.

CAMPEONATO PARANAENSE DE KUNGFU WUSHU

Realizado nos dias 15 e 16 deste em Campo Mourão com participação de Floraienses. Coordenada pelo Mestre Júlio a Oficina da Assistência Social, Esporte e Educação da modalidade fez sucesso. Foram

conquistadas 20 medalhas, sendo; OURO 14, PRATA 04, BRONZE 02 KUNGFU Artes Marciais Chinesas assim denominada no Ocidente e WUSHU em Chinês, datam de 2000 anos A.C.



São Lucas/Semel/Furacão é campeão no Sub-06 na Série Prata



Sub-06 do São Lucas/Semel/Escola Furacão

De sexta, 14, a domingo, 16 de julho, aconteceu o Campeonato Paranaense de Futsal na categoria Sub-06, com participação de 14 equipes, Paranavaí foi representada pelo time São Lucas/Semel/Escola Furacão, que foi campeão na Série Prata. Na final realizada em Araçongas no domingo, 16/7, no Ginásio Maurinho Cassitas o São Lucas/Semel/

Furacão venceu nas penalidades o time NB Curitiba por 3 a 1. No tempo regulamentar, houve empate em 1 a 1. Gol do artilheiro Davi. Os técnicos Fernando e Primavera utilizaram estes atletas: Nicolas, Pietro, João Rafael, Davi, José, Miguel, João, Miguel, Oliver, Theo, Davi e Arthur. Na semi contra Coritiba/AABB, a vitória foi por 3 a 2; gols de Davi, João e José.

Lutadores de Paranavaí são “campeões” no Maringá Fight Combat



Os lutadores de Paranavaí

Tês lutadores de Paranavaí foram campeões na 65ª edição do Maringá Fight Combat. O evento foi realizado no sábado, 15/7, e contou com a participação de quatro lutadores paranavaenses.

Thiago Fael, de 29 anos, venceu em duas modalidades: MMA até 66 quilos e Jiu-Jitsu até 90 quilos. Por nocaute técnico, ele conquistou o cinturão do evento. Em uma das lutas a vitória foi contra Alex Junior por nocaute técnico. Sandro Pires, de 16 anos,

fez sua estreia no boxe e venceu na categoria até 55 quilos. Ele treina junto com Fael na Academia Team Fael Boxing.

O Centro de Treinamento Team Fael Boxing está localizado na Avenida Lázaro Figueiredo Vieira, 299 – Jardim Avaré, em Paranavaí. A Academia Gobete Fight Combat é na Rua Antônio José da Silva, 550 – Jardim Aeroporto, em Paranavaí.

Na foto em destaque os paranavaenses em Maringá. Fonte e foto - Diário do Noroeste

“MARILENA FUTSAL” CONQUISTA TÍTULO COM VIRADA



Marilena Futsal foi a Campeã

Após estar perdendo por 3 a 1 para a equipe Posto Graciosa, na final do Campeonato Regional de Futsal de Guairacá, a equipe Marilena Futsal chegou ao empate em 4 a 4 e virou o jogo para 5 a 4. A final realizada na sexta-feira, 14 de julho, teve o Complexo Esportivo Estéfano Greb Iota. O atleta Caio Ruiz, de Guairacá, que já vestiu a camisa da Seleção Brasileira de Futsal e atualmente

está no Cazaquistão, na equipe Kairat de Almaty atuou pelo Posto Graciosa. O técnico de Marilena é o secretário de Esportes - Gabriel Palma. Os gols foram de Ewertinho (3), Heitor e Wellington (Marilena); Fernando (2), Maicon e Kumano (Posto).

Os árbitros foram: Caio Eduardo e Adenivaldo Pinheiro, mesária Meire Ferreira.

Na disputa do terceiro lugar,



Posto Graciosa, Vice-Campeão

Projeto Bate-Bola com Jesus/Monte Castelo 6x4 Anoparf/Paraíso do Norte. Gols de Marcos Paulo (Projeto); Otávio (2), Abílio e Matheus (Anoparf). Arbitragem de Caio e Tadeu Rubens, anotadora Meire Ferreira.

Com 10 gols Kumano (Posto) foi o artilheiro. Bernardo (Marilena) e Arielton (Posto) foram os goleiros menos vazados com 16 gols.

O vice-prefeito Cláudio do

Adalberto e os vereadores Tonhão e Neginho do Laticínio prestigiaram a final, inclusive da entrega.

Grupo de Capoeira Fundo de Quintal de Guairacá fez uma apresentação. Agradecimentos do secretário Saad ao prefeito Marcelo da Saúde, pelo apoio ao esporte de Guairacá. A coordenação foi da Secretaria de Esporte e Lazer (secretário Saad) com apoio da Prefeitura de Guairacá.

PROJETO DIVERSIDADE CULTURAL HERANÇA

Primeira Onda de Leituras Diversificadas Interessantes Que Surpreendem a Cada pesquisa Quem Vai Pegar...!

Autora: Professora Arlete de Faria Capelari

“MENSAGEM”

Reverberar
A ideia de um novo repensar requer estruturas harmoniosas onde o pressuposto é o armamento que combina engrenagem com multiplicidade de transigir que serviram de estímulos e equilíbrio para uma nova era de reflexão ativa e consistente na Educação que é algo mais expressivo como razão de viver.

Vivemos fugindo de nós mesmos com medo de nossas possibilidades e colocamos a culpa no tempo.

Os pais não devem pensar que perderam a autoridade perante seus filhos se não os dominarem à força. É preciso dar a criança a liberdade de se expressar de maneira própria e peculiar, afinal a liberdade tem piso e tem teto.

Entretanto, é dever dos pais e dos educadores orientar o pensamento e a vitalidade da criança para direção certa. Entre os desejos da criança estão misturados ervas daninhas que se não forem removidas dificultarão o desenvolvimento das qualidades que poderão dar belas flores e bons frutos. É preciso distinguir bem o que deve ser desenvolvido e o que deve ser removido.

O fato de explicar à criança a razão das coisas traz duplo benefício: por um lado, desenvolve em sua mente a capacidade de raciocínio e dedução e, por outro lado, estabelece um pilar para que a criança não se torne um pigmeu. As sementes plantadas na mente da criança durante a infância germinam e crescem ao encontrarem ambiente propício.

A mente de um bebê é como um filme cinematográfico virgem, e todas as pessoas que estão em contato com a criança exercem o papel de cinegrafistas.

A atual sociedade humana é qual locomotiva em rota de colisão contra a montanha de granito onde os passageiros anestesiados olham a paisagem imaginando que a montanha sairá do lugar; talvez algumas a gritar em desespero houvesse um lugar onde se refugiar!

Quando nos detemos nos caminhos preocupados com aduana da ambição estamos perdendo tempo! Vida é criação evolução, desenvolvimento ético para uma sociedade mais justa. Não se podem robotizar as crianças para que as mesmas não se tornem um embotado mental, ser herdeiro ou não de uma nova era cabe a nós. Basta ouvir a gritaria da voz do silêncio!

De que adianta crenças, partidos, opiniões ou filosofias se a nossa alma estiver derrotada, ameaçada e infeliz?

Precisamos ser honestos conosco, construir acreditando e exercitando a autocritica para ampliar boas realizações.

As Respostas não serão dadas por ninguém; elas nasceram dentro de cada um. Por isso “Ensinar e aprender é fácil, o difícil é levantar hipóteses e pensar diferente dentro da igualdade humana”.

Se olhar uma criança, ame!

Se vires uma criança, ame!

Se tiver uma criança, ame!

Se uma criança sorrir, ame!

Se uma criança te abraçar, ame!

Se uma criança caminhar, ame!

Se uma criança gritar: amô! Então porque não amar?!

“Esta mensagem de minha autoria consta na minha monografia de pós-graduação”.

Hoje procurando um D.V.D, das festas juninas que eu realizava no meu bairro encontrei um caderno de um aluno meu do tempo em que eu trabalhava nas duas escolas. Este aluno é o Willian Aparecido Dourado; é o caderno de avaliações; como era de costume eu sempre dava uma atividade livre nas produções textuais com o tema, O que eu quero escrever? A atividade era a seguinte: - Inclua a tirinha de jornal na sua frase para que fique de acordo com o que escreveu (a tirinha era de esportes, as estrelas do futebol). “Sempre trabalhei com matérias de jornais com os meus alunos, acho o jornal uma fonte riquíssima de informações no cotidiano escolar, e ele escreveu” O que eu quero escrever é sobre minha professora que é uma estrela que me guia. O nome da minha professora é Arlete de Faria Capelari. Para mim ela é uma segunda mãe, que me ama e que me acompanha em cada passo que eu dou. Eu a acho muito legal, interessante, amiga de todo mundo, professora te amo. Você está sempre no meu caminho para corrigir meus erros. Professora me desculpe por tudo que eu fiz pra você. “Muito obrigada” (deste mesmo projeto, só que com o tema meus cadernos; os cadernos eram de avaliações, cadernos de textos e cadernos de desenhos livre, fora os outros cadernos de matérias, português, matemática, ciências, geografia, história e etc.). Lembro-me bem quando ele chegou com o caderno no último dia de aula e me disse: professora este caderno é pra você não se esquecer de mim, é o meu presente, mas dentro do saquinho de presente também tinha um guardanapo de cozinha muito lindo, fiquei emocionada, porque eu sabia que ele queria que eu lesse o que ele escreveu no caderno de avaliações sobre mim. Ele era um aluno muito centrado em tudo que fazia; seu avô, seu Chico Dourado estava sempre na escola Ligia Bortoleto perguntando sobre a aprendizagem de seu neto, era bonito de ver o acompanhamento do avô na vida escolar do neto, gratificante mesmo! Isso aconteceu há vinte e um anos. E agradeço a Deus todos os momentos que vivenciei ministrando aulas, são emoções únicas e eternas em meu viver. Agradeço a Deus todas as minhas alegrias, sou apaixonada pela Educação... Obrigado à família Dourado e ao Willian pelo carinho de suas palavras... Lembrete: Queremos o fim das guerras. Movimento em prol da vida



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal Dr. Raul Martins
Praça Santa Cruz, 249 - CEP: 87190-000
Contato: (44)3243-1157 - CNPJ: 76.282.649/0001-04
www.pmsjval.pr.gov.br | E-mail: prefeitura@pmsjval.pr.gov.br

DECRETO Nº 95/2023

Dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores pelos Órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e pela Câmara Municipal de São Jorge do Ivai-PR.

Agualdo Carvalho Guimarães, Prefeito de São Jorge do Ivai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1.293.453/RS e na Ação Cível Originária nº 2997,

DECRETA:

Art. 1º O Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município e a Câmara Municipal de Vereadores de São Jorge do Ivai, ao efetuarem pagamentos à pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, ficam obrigados a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR), com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, observando as disposições deste Decreto.

§ 1º As retenções serão efetuadas a partir do sexagésimo dia da publicação deste decreto, sobre qualquer forma de pagamento.

§ 2º A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo I.

§ 3º Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados à pessoas físicas ou jurídicas por serviços e produtos decorrentes do Art. 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

Art. 2º A obrigação de retenção do IR alcançará todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos efetuados pelos Órgãos e Entidades mencionadas no Art. 1º deste decreto.

Parágrafo único. Os Órgãos e Entidades mencionados no art. 1º deste decreto deverão repassar ao Município os valores retidos à título de Imposto de Renda, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), até o dia 10 de cada mês subsequente, desde que tenha havido retenção.

Art. 3º Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto, emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção estabelecidas pela legislação tributária.

§ 1º Os Órgãos e Entidades mencionados no art. 1º deste Decreto deverão orientar seus prestadores de serviços e fornecedores de bens e recusar documentos fiscais que não atendam o disposto no § 2º do Art. 1º deste Decreto.

§ 2º As retenções efetuadas serão consideradas como antecipação do devido pelos contribuintes e serão objeto de dedução, compensação ou restituição na forma da legislação específica.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Dr. Raul Martins, 18 de julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal
ANEXO I - TABELA DE RETENÇÃO

BENS DE SERVIÇOS	IR
✓ Alimentação; ✓ Energia Elétrica; ✓ Serviços prestados com emprego de materiais; ✓ Construção Civil por empreitada com emprego de materiais; ✓ Serviços hospitalares de que trata o art. 30 da IN RFB 1.234/12; ✓ Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagiologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análise e patologias clínicas de que trata o art. 31 da IN RFB 1.234/12; ✓ Transporte de cargas: Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767, e Mercadorias e bens em geral; ✓ Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (GAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de empresas produtoras, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19 da IN RFB 1.234/12; ✓ Alcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20 da IN RFB 1.234/12; ✓ Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21 da IN RFB 1.234/12; ✓ Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas; ✓ Alcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista; Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas; ✓ Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social" fabricado a partir de mamona ou fruto, carpo ou amêndoa de palma produzidos nas regiões do norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); ✓ Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais; ✓ Estaleiros navais nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; ✓ Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22 da IN RFB 1.234/12, adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas; ✓ Produtos a que se refere o § 2º do art. 22 da IN RFB 1.234/12; Produtos de que tratam as alíneas "c" e "d" do inciso I do § 2º da IN RFB 1.234/12; ✓ Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º da IN RFB 1.234/12; ✓ Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros; inclusive, tarifa de embarque; ✓ Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.	1,20 0,24 0,24 1,20 2,40 2,40
✓ Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito mobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar; ✓ Seguro saúde; ✓ Serviços de abastecimento de água; ✓ Telefone; ✓ Correio e telegrafos; ✓ Vigilância; ✓ Limpeza; ✓ Locação de mão de obra; ✓ Intermediação de negócios; ✓ Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza; Factoring; ✓ Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal; ✓ Demais serviços.	2,40 2,40 4,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 - fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivai - PR - E-mail: licitacao@pmsjval.pr.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 60/2023

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Declaro dispensa a licitação, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e Parecer Jurídico respectivo, consoante processo em epígrafe, para contratação da empresa **INFORMATICA COMERCIO DE IMPRESSOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.318.580/0001-22, com endereço Rua Amazonas, nº 180, sala 01 na cidade de Paraná do Norte/PR, CEP 87.780-000, objetivando a AQUISIÇÃO DE FORMULÁRIO CONTÍNUO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR RURAL, MODELO PADRÃO, CONFORME DETERMINADO PELO ESTADO, TAMANHO 25,00X35,00X3, 5 VIAS, PAPEL AUTOCOPATIVO, CARBONADO, TIPO FORMULÁRIO CONTÍNUO, COM O CAMPO 500 JOGOS, no valor contratual estimado de **R\$ 5.480,00** (cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), tudo em conformidade com os documentos que constituem o processo licitatório epígrafe.

Face ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para sua ratificação e devida publicidade.

São Jorge do Ivai, 18 de julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

CESAR MIGUEL CANDEO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Meio Ambiente
RATIFICAÇÃO
RATIFICO, o ato supra, de autoria de **CESAR MIGUEL CANDEO DOS SANTOS**, Secretário Municipal de Meio Ambiente, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

São Jorge do Ivai, 18 de julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 - fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivai - PR - E-mail: licitacao@pmsjval.pr.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2023

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Declaro dispensa a licitação, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e Parecer Jurídico respectivo, consoante processo em epígrafe, para contratação da empresa **VINCIOUS DOS SANTOS NAVARRO ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.933.409/0001-97, localizada na Rua Nestor Volpato, nº 214, Jardim Santa Rosa, CEP: 87.160-000, no Município de Mandaguai/PR, objetivando a **Contratação de empresa especializada em assistência técnica para manutenção de alarmes, portões eletrônicos, interfonos e serviços de cabe de rede, com entrega parcelada, durante o período de 12 meses, mediante solicitação de fornecimento e em conformidade com as especificações constantes nos orçamentos**, no valor de **R\$ 17.200,00** (dezessete mil e duzentos reais), tudo em conformidade com os documentos que constituem o processo licitatório epígrafe.

Face ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para sua ratificação e devida publicidade.

São Jorge do Ivai, Paraná, 18 de julho de 2023.

Sandra Regina Pastrelli Guimarães
Secretária Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO
RATIFICO, o ato supra, de autoria de **SANDRA REGINA PASTRELLI GUIMARÃES**, Secretária Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

São Jorge do Ivai, Paraná, 18 de julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (44) 3243-1157
CNPJ/MF: 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivai - Estado do Paraná

APORTARIA Nº 193/2023

O Sr. AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES, Prefeito do Município de São Jorge do Ivai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei

RESOLVE

FUNCIONÁRIO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
MARIA RITA CHAVENCO SILVA	ASSESSOR II - Sec. Mun. Prom. Social	09/02/2022 a 08/02/2023	24/07/2023 a 08/08/2023

Registre-se e publique-se.

Paço Municipal Dr. Raul Martins, em 18 de Julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (44) 3243-1157
CNPJ/MF: 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivai - Estado do Paraná

APORTARIA Nº 194/2023

O Sr. AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES, Prefeito do Município de São Jorge do Ivai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei

RESOLVE

Conceder, ao funcionário abaixo relacionado, 30 (Trinta) dias de FÉRIAS REGULAMENTARES, de conformidade ao art. 106, da Lei Municipal nº 38/90.

FUNCIONÁRIO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
ADEMIR PEREIRA	ASSESSOR - II	21/06/2022 a 20/06/2023	31/07/2023 a 29/08/2023

Registre-se e publique-se.

Paço Municipal Dr. Raul Martins, em 18 de Julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (44) 3243-1157
CNPJ/MF: 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivai - Estado do Paraná

APORTARIA Nº 195/2023

O Sr. AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES, Prefeito do Município de São Jorge do Ivai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei

RESOLVE

Conceder, ao funcionário abaixo relacionado, 30 (Trinta) dias de FÉRIAS REGULAMENTARES, de conformidade ao art. 106, da Lei Municipal nº 38/90.

FUNCIONÁRIO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
Carlos Eduardo de Araújo	OPERÁRIO-Efetivo	21/06/2022 a 20/06/2023	31/07/2023 a 29/08/2023

Registre-se e publique-se.

Paço Municipal Dr. Raul Martins, em 18 de Julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (44) 3243-1157
CNPJ/MF: 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivai - Estado do Paraná

PORTARIA Nº 197/2023

O Sr. AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES, Prefeito do Município de São Jorge do Ivai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei

RESOLVE

Conceder, a funcionária abaixo relacionada, 15 (quinze) dias de FÉRIAS REGULAMENTARES, de conformidade ao art. 106, da Lei Municipal nº 38/90.

FUNCIONÁRIO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
Caroline Ferreira Marino	Assessor III	09/03/2022 a 07/03/2023	19/07/2023 a 02/08/2023

Registre-se e publique-se.

Paço Municipal Dr. Raul Martins, em 18 de julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (44) 3243-1157
CNPJ/MF: 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivai - Estado do Paraná

PORTARIA Nº 196/2023

O Sr. AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES, Prefeito do Município de São Jorge do Ivai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei

RESOLVE

Conceder, ao funcionário abaixo relacionado, 15 (Quinze) dias de FÉRIAS REGULAMENTARES, de conformidade ao art. 106, da Lei Municipal nº 38/90.

FUNCIONÁRIO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
AMELIANA FRANCISCO DOS SANTOS	OFICIAL ADMINISTRATIVO	01/05/2020 a 30/04/2021	31/07/2023 a 14/08/2023

Registre-se e publique-se.

Paço Municipal Dr. Raul Martins, em 18 de Julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 - fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivai - PR - E-mail: licitacao@pmsjval.pr.gov.br

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 - fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivai - PR - E-mail: licitacao@pmsjval.pr.gov.br

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 - fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivai - PR - E-mail: licitacao@pmsjval.pr.gov.br

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Declaro dispensa a licitação, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e Parecer Jurídico respectivo, consoante processo em epígrafe, para contratação da empresa **VINCIOUS DOS SANTOS NAVARRO ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.933.409/0001-97, localizada na Rua Nestor Volpato, nº 214, Jardim Santa Rosa, CEP: 87.160-000, no Município de Mandaguai/PR, objetivando a **Contratação de empresa especializada em assistência técnica para manutenção de alarmes, portões eletrônicos, interfonos e serviços de cabe de rede, com entrega parcelada, durante o período de 12 meses, mediante solicitação de fornecimento e em conformidade com as especificações constantes nos orçamentos**, no valor de **R\$ 17.200,00** (dezessete mil e duzentos reais), tudo em conformidade com os documentos que constituem o processo licitatório epígrafe.

Face ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para sua ratificação e devida publicidade.

São Jorge do Ivai, 18 de julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 - fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivai - PR - E-mail: licitacao@pmsjval.pr.gov.br

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Declaro dispensa a licitação, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e Parecer Jurídico respectivo, consoante processo em epígrafe, para contratação da empresa **VINCIOUS DOS SANTOS NAVARRO ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.933.409/0001-97, localizada na Rua Nestor Volpato, nº 214, Jardim Santa Rosa, CEP: 87.160-000, no Município de Mandaguai/PR, objetivando a **Contratação de empresa especializada em assistência técnica para manutenção de alarmes, portões eletrônicos, interfonos e serviços de cabe de rede, com entrega parcelada, durante o período de 12 meses, mediante solicitação de fornecimento e em conformidade com as especificações constantes nos orçamentos**, no valor de **R\$ 17.200,00** (dezessete mil e duzentos reais), tudo em conformidade com os documentos que constituem o processo licitatório epígrafe.

Face ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para sua ratificação e devida publicidade.

São Jorge do Ivai, 18 de julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 - fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivai - PR - E-mail: licitacao@pmsjval.pr.gov.br

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Declaro dispensa a licitação, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e Parecer Jurídico respectivo, consoante processo em epígrafe, para contratação da empresa **VINCIOUS DOS SANTOS NAVARRO ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.933.409/0001-97, localizada na Rua Nestor Volpato, nº 214, Jardim Santa Rosa, CEP: 87.160-000, no Município de Mandaguai/PR, objetivando a **Contratação de empresa especializada em assistência técnica para manutenção de alarmes, portões eletrônicos, interfonos e serviços de cabe de rede, com entrega parcelada, durante o período de 12 meses, mediante solicitação de fornecimento e em conformidade com as especificações constantes nos orçamentos**, no valor de **R\$ 17.200,00** (dezessete mil e duzentos reais), tudo em conformidade com os documentos que constituem o processo licitatório epígrafe.

Face ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para sua ratificação e devida publicidade.

São Jorge do Ivai, 18 de julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 - fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivai - PR - E-mail: licitacao@pmsjval.pr.gov.br

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Declaro dispensa a licitação, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e Parecer Jurídico respectivo, consoante processo em epígrafe, para contratação da empresa **VINCIOUS DOS SANTOS NAVARRO ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.933.409/0001-97, localizada na Rua Nestor Volpato, nº 214, Jardim Santa Rosa, CEP: 87.160-000, no Município de Mandaguai/PR, objetivando a **Contratação de empresa especializada em assistência técnica para manutenção de alarmes, portões eletrônicos, interfonos e serviços de cabe de rede, com entrega parcelada, durante o período de 12 meses, mediante solicitação de fornecimento e em conformidade com as especificações constantes nos orçamentos**, no valor de **R\$ 17.200,00** (dezessete mil e duzentos reais), tudo em conformidade com os documentos que constituem o processo licitatório epígrafe.

Face ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para sua ratificação e devida publicidade.

São Jorge do Ivai, 18 de julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CNPJ Nº 76.282.649/0001-04
Praça Santa Cruz, nº 249 - fone (44)3243-1157
São Jorge do Ivai - PR - E-mail: licitacao@pmsjval.pr.gov.br

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Declaro dispensa a licitação, com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e Parecer Jurídico respectivo, consoante processo em epígrafe, para contratação da empresa **VINCIOUS DOS SANTOS NAVARRO ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.933.409/0001-97, localizada na Rua Nestor Volpato, nº 214, Jardim Santa Rosa, CEP: 87.160-000, no Município de Mandaguai/PR, objetivando a **Contratação de empresa especializada em assistência técnica para manutenção de alarmes, portões eletrônicos, interfonos e serviços de cabe de rede, com entrega parcelada, durante o período de 12 meses, mediante solicitação de fornecimento e em conformidade com as especificações constantes nos orçamentos**, no valor de **R\$ 17.200,00** (dezessete mil e duzentos reais), tudo em conformidade com os documentos que constituem o processo licitatório epígrafe.

Face ao disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para sua ratificação e devida publicidade.

São Jorge do Ivai, 18 de julho de 2023.

AGNALDO CARVALHO GUIMARÃES
Prefeito Municipal

SÃO JORGE DO IVAÍ
PREFEITURA DA CIDADE

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DO TERMO DE FOMENTO FIRMADO ENTER A AVE - ASSOCIAÇÃO VIDA E ESPERANÇA E O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO IVAÍ - PR - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO 02/2023

Autorização Governamental: Lei nº 09/2023, de 26 de maio de 2023.

Valor do Convênio: R\$ 79.826,50 (setenta e nove mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)

Fomentando: Município de São Jorge do Ivai - PR (CNPJ nº 76.282.649/0001-04)

Fomentado: AVE - Associação Vida e Esperança (CNPJ nº 08.816.560/0001-87)

Objetivo: Repasse de Recursos

Dotação Orçamentária: 08.243.0035.6.054 - Conceder Subvenção Social a Entidade de apoio, abrigo e proteção à Criança e ao Adolescente; e 3.3.50.43.00.00 - Subvenção Social.

Prazo de Vigência: 12 meses

A Administração Pública de São Jorge do Ivai - PR trona público a inexigibilidade do chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei nº 13.019/2014 visando firmar termos de fomento com a AVE - Associação Vida e Esperança, em razão da natureza singular dos serviços prestados, inviabilizada a sua contratação, tendo em vista que a entidade é a única em nossa comarca que presta os serviços de atendimento, proteção e amparo à criança e ao adolescente abandonados ou em situação de risco encaminhado pelo Conselho Tutelar ou pelo Poder Judiciário.

São Jorge do Ivai-PR, em 21 de junho de 2023.

Agualdo Carvalho Guimarães - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
PRACA SANTA CRUZ, 249 - CENTRO - FONE (44) 3243-1157
CNPJ/MF: 76.282.649/0001-04
São Jorge do Ivai - Estado do Paraná

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 001/2022

2º ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 001/2022
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ
CONTRATADO: MOACIR RIBEIRO
Fundamentação: Artigo 5

O cultivo da hortelã “Ouro Verde” na economia da região

Iraci Lira Rosa irradiante e com muita satisfação conta; “Quando alguém falar em hortelã, nós devíamos tirar o chapéu da cabeça e pôr as mãos pro céu porque foi da hortelã que nós conseguimos tudo o que nós temos aqui, mas hoje em dia assunto apagado da nossa história”. Mãe de 13 filhos, 27 netos e 7 bisnetos, dona Iraci foi casada com o saudoso Antonio Comrrado Rosa, popularmente tratado como “Totonho” moradores na cidade de Inajá. Hoje de idade avançada, Iraci vive bordando panos de prato, nas casas dos filhos, por onde moram Brasil à fora e a reportagem conseguiu algumas palavras desta ilustre senhora comunicativa, alegre e fiel no trato com as pessoas. Um de seus filhos, Janio Bosco Rosa, que reside e cultiva uma Horta Orgâni-



ca na Chacrinha Iolanda em Itaguajé foi o “bola da vez” num bate papo com a imprensa, Mãe e Filho contam um pouco destas estórias de um passado não muito distante, mas que poucos tem noção do sofrimento desta época do Ouro Verde da Hortelã que vale pena lembrar, que pode soar estranha para os

mais jovens e, por outro lado, deve despertar uma série de lembranças naqueles que já viviam na região durante os anos de 1968 à 1978. Episódio quase esquecido da história regional, o cultivo da hortelã foi uma das atividades econômicas mais rentáveis já praticadas em Itaguajé e municípios vizinhos.

Uma época de trabalho árduo, mas para muitos, também bastante feliz, tanto que as lembranças emocionam profundamente Iraci, ao lembrar daquele período em que, ao lado do esposo Totonho e dos filhos, encontrou na cultura da hortelã condições de criar sua família e de adquirir alguns bens pra uma velhice sólida. Uma atividade que teve um ciclo rápido, de pouco menos de 10 anos, mas que provocou um grande processo migratório à região. Gente que veio do sul do país, mas também de outros estados como São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, entre outros, em busca de uma vida melhor ou apenas oportunidades de trabalho e que, tão logo encerrou-se o período hortelaneiro, promoveu uma nova diáspora pelo Brasil afora.

Alambique para a extração do óleo da hortelã

Ciclo da hortelã se estendeu por uns 10 anos e os compradores geralmente eram empresas japonesas, que adquiriam basicamente o óleo da planta, que era extraído por nós parceiros da região em alambiques, num processo conhecido como lambicagem. O produto era destinado, entre outros fins, às indústrias de cosméticos e farmacêutica.

A hortelã exigia bastante mão-de-obra. “Todo o processo

era manual, era uma atividade pesada, mas que era boa”, diz a historiadora Iraci. Isso explica, em partes, o grande fluxo de pessoas que chegou à região. “Viajamos” em outros assuntos, para não esquecer águas dos olhos de ambos, Mãe e Filho, que sobre a Hortelã tem assuntos dos mais interessantes, desde as dificuldades no plantio, na capina, na colheita, na preparação para a industrialização culminando com o engarrafamento do líquido Óleo puro

da Hortelã destina ao comércio brasileiro. Na pausa, o Janio, que estava acompanhado com os vizinhos Davi Paulinho Messias e Nivaldo Bernardo da Silva que vieram na busca dos produtos orgânicos, outras estórias de lutas do jovem Janio que foi Administrador Rural em Usinas de Alcool da região, trabalhando por 3 anos, e galgou esta nova atividade, cuidador responsável na Chacrinha Iolanda, numa sede campestre modelo e rica na

produção de produtos orgânicos, com as mãos firmes do Janio, que não mede esforços para cuidar deste patrimônio da família do Drº Wilson, sua segunda morada onde reúne familiares e amigos, num recanto abençoado pelas Mãos da Mãe Natureza num propriedade próxima a sede do município tendo em seu estorno as maravilhas da corredeira do Rio Pirapó, que está prestes a ser represado novamente para produção de energia elétrica.

UMA NOITE FANTÁSTICA

O que dizer quando alguém no que faz, coloca além da mente, além de toda necessidade física, coloca também o coração. O que dizer de alguém que consegue mexer com o coração e com a cabeça das pessoas. É algo fantástico quando alguém com todo talento, todo discernimento consegue isso. É raro e só realmente as pessoas que tem sensibilidade para fazer, conseguem de uma forma que transcende o conhecimento e a razão, feita com amor, com carinho e faz com viajemos num mundo onde muitas vezes saímos da lama para visitar um jardim florido, cheio de flores e de borboletas, onde o coração transborda de felicidade e amor e de repente é como se estivéssemos experimentando um pedacinho do Paraíso e foi exatamente isto que experimentei na noite de sábado, dia 15 na “Amostra de

Dança” da Cia. Nara Carolina que com puro talento ofereceu essa magia a que me refiro. Desde as lindas bailarinas, todo o projeto de confecção, trabalho e ensaio, não tem como não dar os parabéns, não só de lábios ou palmas, mas de coração e alma. De uma forma que jamais imaginei experimentar em toda minha vida. Acho que meu coração ainda aguenta mais e que venham outros presentes, outras dádivas assim. São estas palavras que ainda não definem direito o presente de ontem “Hakuna Matata”. Deus proteja, guarde e que venham novos momentos assim, eternos, raros para Nova Esperança, pena que deveria e se Deus quiser, um dia ultrapassar os limites da nossa cidade. Contem com minha oração, com meu respeito e admiração. Eterna gratidão!



COMPARTILHANDO A FÉ

A Igreja Só o Senhor é Deus de Paracity saiu as ruas nesse domingo último, arrecadando alimentos para serem montadas Cestas Básica, um trabalho social realizado a anos pela ISOSED de Paracity sempre visando ajudar e estender as mãos às famílias que mais precisam. O Grupo de Missões está na responsabilidade da Missionária Maria Helena e da Evangelista Vânia desenvolvendo um eficiente trabalho em Paracity.

PR ROBERTO E PRA ALDIRES à frente da ISOSED DE PARACITY, vem desempenhando um trabalho de evangelização em Paracity com um coração enorme ajudando e ensinando o caminho da luz



Expresso da Fé

POR PASTOR RENATO E PRESBITERO PEDRO DA ISOSED DE MANDAGUAÇU



Centro Evangélico de Missões



A ISOSED de Mandaguaçu trabalha em a parceria com JORNAL O REGIONAL, além da entrega do mesmo, recolhemos alimentos para o PROJETO DEUS PROVERÁ, trabalhando em prol a necessidade do próximo. A exposição destas fotos vos coloca a disposição para nos ajudar no "Ide de Jesus"



DIA DE PERDÃO

Este é o dia mais importante da minha vida, por isso deixo sim, que esta suave névoa reconfortante desça sobre o meu coração. Estou calmo... Muito calmo... em paz..., abro de par em par o meu coração, o sol bate em cheio, todos os espaços ficam iluminados grandemente por Deus. Posso ver algumas feridas no meu coração, sei que alguém foi responsável por isso, talvez eu mesmo. Mas Deus com a sua infinita misericórdia nos ensina a perdoar, mesmo que custe fechar a ferida, mas este é o verdadeiro ensinamento cristocentrico.

36- Sede pois misericordiosos, como também vosso Pai é misericordioso. 37- Não julgueis, e não sereis julgados; não condeneis e não sereis condenados; soltai, e soltar-vos-ão. 38- Dai, e sr-vos a dado; boa medida, recalcada sacudida e transbordando, vos deitarão no vosso regaço; porque com a mesma medida que medir-dos vos será a medido. Lucas 6-36:38

Aprendendo a perdoar, já não sinto mais dor, tanto que a partir deste momento o meu coração já não sente mais dor. Bem aventurados serão os próximos dias, porque um grande milagre aconteceu em mim a partir de hoje. Ah, meu coração está curado, completamente curado.

Presbitero Pedro Urbano

REINAUGURAÇÃO DIA 22 DE JULHO



O Shopping do Real

AVENIDA MUNHOZ DA ROCHA, 1185 CENTRO - MANDAGUAÇU



[illegible][illegible]

</

Prefeitura Municipal de Mandaguari

ESTADO DO PARANÁ

Papo Municipal "Hiro Vieira"

Rua Beneditina nº 145 - Fone/Fax: (41) 3245-8400

www.mandaguari.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREÇO ELETRÔNICO Nº 18/2023

Pelo presente instrumento, o órgão contratante é MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, inscrito no CNPJ nº 76.285.320/0001-08, com endereço Rua Itaipava Jd. Ipiranga S/Nº, 178, no cidade de Mandaguari, neste ato representado pelo ordenador, GILMAR CADAMURO portador da Cédula de Identidade nº 3.417.213-7, e inscrita no CPF/MF sob o n° 490.141.029-08; nos termos da Lei nº 8.686/93, e suas alterações, da Lei 10.520/2002, dos Decretos Municipais nº 8.369/2023, e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 18/2023, realizado em 12 de julho de 2023, integrante do Processo Administrativo nº 28/2023, por contratação do Registro decorrente por esta Municípios, resolve REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA GO ATACAISTA LTDA. CNPJ nº 4.408.05200001-45, com endereço Avenida São João, Terminal Intermodal Da Serra, Sala 162, Setor-E, CEP 29161-399, representada por PABLO CAMARGO SOUZA. Carteira de identidade #9394314, Inscrição no CPF nº RDT 503.550-02, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aqui transcritas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO.

1.- A presente ATA tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de bens permanentes pela entidade Associação Para a Defesa dos Ecopetroleiros (APAE) para atender à às necessidades do órgão contratado, devendo ser "**DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS**".

1.1- As obrigações assumidas, são normas e instruções contidas no Edital Licitação e seus respectivos anexos, bem como o prazo de vigência desta ATA, o qual somente não ficará obrigado a efetuar as contratações que dele poderão surgir, ficando facultada a adoção do outro meio, respeitadas a legislação relativa às licitações.

2. DA VIGÊNCIA.

2.1- A presente ATA terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicação;

2.2- O aumento ou menor de vigência desta ATA, o órgão contratado não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderão surgir, ficando facultada a adoção do outro meio, respeitadas a legislação relativa às licitações.

3. DA VALIDADE.

3.1- Quando o Contratante ATA deverá ser observado fielmente pelas partes, de acordo com as condições estabelecidas no Edital Licitação, sendo obrigatório o disposto na Lei nº 10.520/2002, os Decretos Municipais, bem como, se não couber, as determinações constantes das Leis nº 8.686/1993 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

4. DAS CONDIÇÕES DE REGULAR AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO.

4.1- As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitação deverão ser mantidas pela empresa registradora durante todo o período da presente ATA, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalização dos documentos apresentados quando quaisquer testes.

5. DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO:

5.1- Os preços utilizados para emissão adjudicatária da inscrição, siglatizada da Nota Fiscal, constam do "**DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS**";

5.2- O órgão contratante poderá promover análise prévia de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecer compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação de aquisição e compra pública periódica no Diário Oficial do Município.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

6.1- A entrega será feita conforme a planilha, mas sempre dentro das seguintes condições contratuais, exceto aquelas necessárias em até vinte dias e corpo parva (25%) do valor inicial ajustado desta ATA;

6.2- A entrega dos produtos ocorrerá antes do prazo de até 07 (sete) dias após recebimento da Nota de Empenho;

6.3- Os objetos pedidos serão entregues, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações consignadas nesse Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/recebidos/substituídos no preço fixado pelo edital da contratação, eis devido a conformar, sem prejuizo da restituição de penalidades.

6.4- O órgão fará a verificação dos registros nos locais: Alameda Central, localizada na Perimetral Angélio Saes, 155, Horário de funcionamento: 8:30 h às 11:00 e das 13:00 às 18:30.

7. DO PAGAMENTO:

7.1- O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentadas pelo contratado, num prazo máximo de **30 (trinta)** dias, contado da data do adimplemento da obrigação, consideramos ainda tal a data caso haja nota fiscal devidamente lançada pelo fisco do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações contempladas no subitem 10.2 desta ATA;

7.2- Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte do documento de extensão, o órgão contratante efetuará o pagamento de parte eventualmente aprovada e a empresa contratada prestará os esclarecimentos necessários para liquidação do todo devido;

7.3- Deixando de pagar, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos pagamentos devidos pelo contrato de prestação de serviços, independentemente de serem cobrados judicialmente;

7.4- Se o pagamentário atrasar efetuarem medidas depositadas bancárias. Parte tanto a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco, nome e código do agência, e número da conta corrente);

7.5- Considerando a forma prevista de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização do depósito direto na conta corrente do contratado, é deferido a futura contratação a emissão do duplicata em função da falta de tal fato eletrônico. A ausência dessa fonte foi critério, sem prejuizo das providências judiciais cabíveis por desconhecimento da realidade econômica equívocos a emissão de "duplicatas variáveis", demandará o cancelamento da contratação com a data da primeira ocorrência nos meses III e IV; ou art. 87, da Lei nº 8.686/93, pelo fato desde, não enquadrando-se na situação disposta no inciso II, do art. 87, aliás, no mesmo diploma legal;

7.6- O pagamento só será efetuado após a verificação da manutenção da habilitação do contratado, seja através da consulta ON-LINE NO CADASTRO GERENCIAL PARA COMPROVAÇÃO de que se encontra em dia com seu Secretariado Municipal de Segurança Pública, bem como o sistema de fiscalização municipal, inserimento da Certidão Negativa do Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade perante os FGTS e Trófeu Federal;

7.7- Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diversa daquela apresentada na sessão pública pela matriz, com o consequente enquadramento da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a contratação da respectiva filial relativa à filial registrada no CNPJ, por Tempo de Permanência no Mercado e tempo de experiência profissional na apresentação das respectivas certidões sem prejuizo do estabelecido na item acima analisado;

8. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1- A Contratação, na hipótese de inadimplência parcial ou total, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior previstos na presente ATA, devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, aplicadas a cada infração cometida no respectivo processo:

8.1.1- Advertência;

8.1.2- Multa;

8.1.3- Suspensão temporária de direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Mandaguari por prazo não superior a dois (2) anos;

8.1.4- Das Multas:

a)- multa imposta a Contratante sobre descumprimentos dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, indenizaçãojudicialmente;

b)- À aplicação das penalidades;

8.1.5- As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpretação judicial ou extrajudicial;

8.2- De nulidade:

8.2.1- A aplicação da penalidade "multa" não impede que o órgão contratante rescinda unilateralmente o contrato e venha a aplicar a penalidade "indenizatória", a sanção prevista no subitem 8.1.3;

8.3- À aplicação das multas;

8.3.1- Multa por atraso da entrega Conforme Edital;

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1- O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito, quando:

9.1.1- O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA,

9.1.2- O Fornecedor der causa à revogação administrativa de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, a critério do órgão contratante;

9.1.3- Qualquer das hipóteses de inassunção total ou parcial de obra(s) ou instrumento equivalente decorrente de Registro de Preços, se assim for decidido pelo órgão contratante;

9.1.4- Não aceitar interesse público (se projeto) registrado(o) ou aceite(s) tomaram(em) superiores(a)s praticados no mercado;

9.1.5- Por decisão de instância judicial definitivamente declarando e justificada pelo órgão contratante;

9.1.6- Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprometer eventuais responsabilidades cumulativas extinguidas deste, após, no início do prazo constante, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 76, incisos III e XVI, da Lei nº 8.665/93;

9.2- A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita imediatamente ao jornal ([gndoccomunicacao@hotmail.com](#)) ou por correspondência com aviso de recebimento, juntamente com o cumprimento do processo de administração da presente ATA, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa;

9.3- No caso de ser ignorado, omitido ou inexistente o endereço do Fornecedor, a comunicação será enviada publicamente no Diário Oficial do Município, considerando-se, estas, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

10. DA EXECUÇÃO/OBRIGAÇÃO:

10.1- A Realização deverá ocorrer o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante;

10.2- A fiscalização sumária, realizada após assinatura desta ATA, será exercida por servidor habilitado designado formalmente; o material contratado, para tal, invocado de poderes pessoais para:

10.2.1- Receber o material em decorrência do objeto;

10.2.2- Promover a guarda física do produto recebido, podendo ser apreendido até 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes da guarda física incorrida pelo fornecedor, incluindo custas legais, devem ser suportadas pelo item 9.1.3, tendo as mesmas orientações pautadas pelo artigo 11.º, § 1.º e 2.º;

10.2.3- Tomar as ações cabíveis para a conservação do produto recebido, inclusive a guarda adequada pelo item 9.1.3, tendo as mesmas orientações pautadas pelo artigo 11.º, § 1.º e 2.º;

10.2.4- Tomar quaisquer outras medidas julgadas necessárias para a perfeita execução do objeto;

10.2.5- A perda integral de material, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidos a exames visando a verificação do cumprimento das condições técnicas estabelecidas no Edital e no Anexo 1 da Proposta de Preço, com o intuito específico de avaliar o consumo real e verificar se há diferença entre o teor declarado e o realmente entregue;

10.2.6- A realização dos testes não justificará reclamações em relação ao prazo de entrega de fábrica;

10.2.7- Flise fabricada e vendida – Atividade Básica da Silva, portadora do CVRG nº 7.065.081-e-1 inscrita no CPF/MF nº 020.010.889-86 para assinatura e fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato de Registro de Preços, nos termos discriminados no Item 58, alínea b) da Lei federal nº 8.666/93;

10.2.8- Filie designada, como única sucursal a servidora Luana da Silva Santos, matrícula 505502, portadora do CPF nº 2.869.248-86 e inscrita no CPF/MF nº 288.078.319-49 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato de Registro de Preços, nos termos discriminados no item 58, alínea b) da Lei federal nº 8.666/93;

11- DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:

11.1- Devia considerado casos fortuitos ou de forma maior, além efeito do cancelamento de ATA ou não aplicação de multa, as interdições determinadas das situações a seguir, quando vierem a estar a disposição do Poder Judiciário local onde estiver situado exercício do objeto do acordo:

11.1.1- Greve geral;

11.1.2- calamidade pública;

11.1.3- Interrupção das redes via Internet;

11.1.4- Condições meteorológicas excepcionais prejudicantes;

11.1.5- Outros casos que se encaixarem no parágrafo único do art. 380 do Novo Código Civil Brasileiro.

11.2- Durante tais eventos enumerados devem ser estabelecidas medições jurídicas pela Comissão perito o órgão contratante;

11.3- Sempre que ocorrem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o risco da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solictaçõedecisão de atendimento da contratação como caso fortuito ou de força maior.

12. DA CONTRAÇÃO:

12.1- O compromisso para formação das materiais registradas nesta ATA será efectuado através de emissão de nota de empensa emitida com a empresa, que terá foro de contrato;

Mandaguari, 12 de julho de 2023

GILMAR CADAMURO – PREFEITO EM EXERCÍCIO

PABLO CAMARGO SOUZA 08750355 ASSINADA PELO titular digital nº 002AD2DCEB595902 902-

PABLO CAMARGO SOUZA 07110461 90309

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE LOTES REGISTRADOS

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
LOTE 5 AR CONDUCIONARIO 18000 BTUS VOLTAGEM: 220V, CAPACIDADE: 18000	R\$ 2.906,16	2	R\$ 5.812,32

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ

Estado do Paraná

Avenida Munhoz da Rocha, 805 - Fone (044) 332 1222 - Fone/Fax 332 1283

CNPJ nº 09.580.900-00

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL PARA LOCAÇÃO

Aos dezesseite dias do mês de julho de 2023, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura do Município de Itaguai, Estado do Paraná, os Senhores: **DAVID DA SILVA SOARES**, portador do RG nº 12.486.978-1 e CPF nº 091.337.049-28; **FABIANA MALZEAN**, portadora do RG nº 4.440.550-3 e CPF nº 014.462.099-54 e **FERNANDO LOPES**, portador do RG nº 14.596.114-9 e CPF nº 107.633.029-02, membros da Comissão nomeada pelo Conselho Municipal de Segurança Pública, para implantação do programa de base de operações do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas-Vigias, Pesquisando o mercado/preço de aluguel de imóveis praticados atualmente no Estado do Paraná em virtude do contrato de que o propósito de RS 1.000,00(um mil real) mensal consolidado com os valores cobrados na Cidade. Nada mais havendo a ser analisado, deu-se por finda a presente avaliação, do que que para constar, lavrou-se o presente termo, para que surta os efeitos legais.

Diante do resultado esta comissão lavrou-se o presente laudo que depois de lido e achado conforme, viu assinado por todos os membros e homologado pelo Prefeito Municipal.

DAVID DA SILVA SOARES

FABIANA MALZEAN

FERNANDO LOPES

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGO O PRESENTE LAUDO

CRISOTONO VIEIRA DE SILVA JÚNIOR

Presidente Municipal

Documento Assinado em Original

2º CICLOTURISMO “MTB RAIZES 2023”

Uma manhã típica da região de Santo Inácio, foi nesse clima, que o município realizou o seu 2º Cicloturismo-MTB RAÍZES, neste domingo (16). No roteiro, um percurso de 30 quilômetros, para quem curte adrenalina e um passeio exuberante, pelo caminho a flora das plantações de nabos, cascata, pratinhas artificiais e muito ar puro. O trajeto preparado pelos organizadores, foi elaborado pensando em tudo, em especial à segurança dos participantes. O evento 100% solidário, com a renda destinada aos projetos sociais da Fundação Rotária. Organizado pelo Departamento Municipal de Turismo de Santo Inácio, em parceria com a Sandrinho Eventos Esportivos, agradecem a todos os apoiadores e colaboradores voluntários.

“Olha apoiar o segmento turístico é uma constante em minha gestão, esse evento provou que temos lugares lindos e não precisamos deslocar a grandes distâncias para curtir a natureza”, disse a Prefeita Geny Violatto. Ainda conclui “que está desenvolvendo junto aos de estado a implantação do Turismo Rural, e que já fizemos um piloto na trilha do Adelino, onde o pequeno e médio produtor vai colher as benéficas do turista, como foi nesse evento de Cicloturismo”.

De acordo com a gestora da IGR de Maringá o Cicloturismo é um movimento ligado ao estímulo esportivo, à saúde e ao lazer além de trazer divisas para o comércio local. Disse ainda que o Estado é parceiro desses eventos

através da Secretaria Estadual de Turismo. O evento superou as expectativas, estiveram aqui foram inúmeros participantes oriundos de 56 cidades e três estados representados, o que brilhou ainda mais o evento. Depois de tomar um café reforçado, com pão, frutas, sucos e água para hidratação, os ciclistas fizeram alongamento físico, no entorno da Praça da Igreja (local da largada) e em seguida saíram em passeata pelas ruas da cidade. “O percurso foi definido de forma que não fosse cansativo para ninguém com o auxílio dos trilheiros Joilson, Salbego, Josué, Anderson Macieiro e Murilo Marrafon. Esse pedal foi para os ciclistas profissionais, como também para as famílias, percorrendo vários lugares, subindo e descendo morros, até retornar para a cidade”, onde houve a entrega de Medalhas, seguido de almoço.

Se o argumento de que pedalar faz bem para a saúde não é suficiente, a zona rural oferece outros. Tem o cenário, a tranquilidade e melhores condições do ar. Além da hospitalidade oferecida pelos proprietários e moradores da zona rural por onde passamos (Família Antônio de Angeli, família Mauro Macieiro, Família Paulo Marrafon, família Adelino Marrafon e Família Marcelino Bento). Por essa razão, cada vez mais ciclistas se juntam para percorrer os caminhos de terra batida que antes davam espaço aos carros de boi agora é dominada por ciclistas, que venham outros eventos. Parabéns Doutora Geny pelo apoio total a este evento.



Equipe anfitriã agregando ainda mais expectativas e emoção aos participantes



Conheça um pouco da Associação Protetora dos Animais Vira Lata de Itaguaí

O QUE COMEÇOU COM ALGUNS POTES DE RAÇÃO E DE ÁGUA COLOCADOS NA FRENTE DE CASAS E DE CALÇADAS AOS POUCOS FOI DANDO FORMA À UM CANIL, UM RESTAURANTE, HOTEL E ENFERMARIA PARA ANIMAIS QUE VIVIAM NAS RUAS DA CIDADE DE ITAGUAJÉ.

“Desde os dez anos eu faço isso, mas na minha casa, mas só ano passado que juntamos com outras pessoas que também fazem esse tipo de trabalho e resolvemos criar uma Associação com pessoas imbuídas nesta atividade sem fins lucrativos”.

Conta Julieti que dedica seu tempo diariamente dividido entre cuidados com os 3 filhos e os animais, agora num ambiente adequado onde pagam aluguel ao proprietário do imóvel que está localizada as margens da Rua José Corrêa de Araújo, saída para a Dívina com o Estado de São Paulo, a uns 3kms do centro da cidade. Julieti é nascida em Itaguaí e casada com Marco Antonio trabalhador no abate dos frangos e no corte da carne, mesma função que Julieti vinha exercendo antes de dedicar seu tempo a causa animal. Julieti, tem um grupo bem especial que atua também de forma voluntária em prol do acolhimento e da

alimentação e cuidados de animais abandonados e são componentes iniciantes da nesta causa Protetora dos Animais Vira Lata, são eles: Márcia Santos, Gerson Silva, Ney Vilinha, Maria do Salão, Adriana, Helenilde, Zélia, João Manoel, Marco Antônio, Elenice, Juliana, Sebastiana e todos tem suas ocupações de trabalho e só Julieti que permanece mais tempo no Canil e quando volta para sua residência, junto da família, ainda cuida de 32 gatos que resgatou das ruas.

O projeto também encontrou apoio entre a população que passou a avisar Julieti, quando algum animal machucado aparecia, ela comunica os Veterinários que prontamente socorre a Associação, com serviços gratuitos e medicamentos a preço de custo, são eles; os veterinários Eduardo Thomazella e Luana da Rural Pet; o Veterinário Marcus Vinícius da Center Vet e o Marquinhos Sebastião da Agropecuária Ita Vet, que fornece



incentivo aos compradores para a Associação, produtos a preços especiais já os Veterinários, estes; “Sim até cirurgia eles já fizeram pra gente de graça, e as consultas eles não cobram e dão algum desconto nos medicamentos e exames e as vezes fazemos rifas pra arrecadar dinheiro”, conta Julieti sorrindo por realizar este trabalho e que há reciprocidade por parte da população que dá resposta

positiva aos membros da Associação Protetora dos Animais Vira Lata. “Esta ação aquece o coração da gente ver aqueles animais que estavam à beira da morte, com fome, com dor, se recuperando e prontos pra viver uma vida digna e feliz, só DEUS mesmo para agradecer tamanha boa ação natural desta gente boa de Itaguaí. Perguntada sobre que tipo de enfermidades é mais evidente, Julieti mostra relatórios das

mais comuns, Erliquiose que é a doença do carrapato, sarna demodécica, sarna sarcóptica, animais atropelados e com bicheira são as causas mais registradas. Hoje o Canil tem internado mais de 50 animais, cada um tem seu nome e Julieti aponta individualmente a estória de cada um de como chegou. E perguntado sobre a adoção ela foi bem franca; “O animal só sai daqui, após passar por acompanhamento veterinário na clínica, e se eu conhecer a pessoa eu já sei se vai cuidar ou não mas mesmo assim tem que preencher um termo de adoção responsável e se for uma pessoa estranha eu preencho o termo e pelo menos duas vezes no mês eu mando mensagem perguntando como está o animal... Ou então faço uma visita surpresa pra ver se o animal está sendo bem cuidado”.

O Canil serve para acolher animais machucados e doentes. Assim, eles ficam em um ambiente seguro até se recu-

perarem. Não há dados que mapeiem esse abandono em nível local, mas já houve casos ter que entrar no meio do mato para resgatar algum animal, pois não conseguem chegar até o Canil sozinhos, principalmente quando estão machucados e assim é a vida das pessoas que tem amor pelo animal. Em termos de licença ambiental e municipal para desenvolver seu trabalho, Julieti conta que já tem recebido das autoridades local, apoio dentro das possibilidades individual de cada um, como é o caso do Professor Benedito Borges e o Contabilista Valdeir dos Santos que conseguiram o registro da Associação Protetora dos Animais Vira Lata de Itaguaí, na Junta Comercial do Paraná, com CNPJ e escritório da sede à Rua Conde Francisco Matarazzo, nº 349 e que tão logo se constituir outros requisitos, pode-se chegar a ser oficializada como uma ONG.

MUNICÍPIO DE MANDUAÇU MANDUAÇU-PR	
ATA DE HOMOLOGAÇÃO	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2023 Processo Administrativo Nº 170/2023 PREFEITO ALZIR RODRIGUES JÚNIOR Data de Publicação: 07/07/2023 11:11:58	

Lote 1 - HOMOLOGADO - 17/07/2023 08:26:34	
Lote 1 - HOMOLOGADO - 17/07/2023 08:26:34	

CLASSIFICAÇÃO						
Ranking Social	Num. Documento	Orcamento	Orcamento Inicial	Orcamento Final	Orcamento ME	Orcamento ME
1	1	1	1	1	1	1
2	2	2	2	2	2	2
3	3	3	3	3	3	3
4	4	4	4	4	4	4
5	5	5	5	5	5	5
6	6	6	6	6	6	6
7	7	7	7	7	7	7
8	8	8	8	8	8	8
9	9	9	9	9	9	9
10	10	10	10	10	10	10
11	11	11	11	11	11	11
12	12	12	12	12	12	12
13	13	13	13	13	13	13
14	14	14	14	14	14	14
15	15	15	15	15	15	15
16	16	16	16	16	16	16
17	17	17	17	17	17	17
18	18	18	18	18	18	18
19	19	19	19	19	19	19
20	20	20	20	20	20	20
21	21	21	21	21	21	21
22	22	22	22	22	22	22
23	23	23	23	23	23	23
24	24	24	24	24	24	24
25	25	25	25	25	25	25
26	26	26	26	26	26	26
27	27	27	27	27	27	27
28	28	28	28	28	28	28
29	29	29	29	29	29	29
30	30	30	30	30	30	30
31	31	31	31	31	31	31
32	32	32	32	32	32	32
33	33	33	33	33	33	33
34	34	34	34	34	34	34
35	35	35	35	35	35	35
36	36	36	36	36	36	36
37	37	37	37	37	37	37
38	38	38	38	38	38	38
39	39	39	39	39	39	39
40	40	40	40	40	40	40
41	41	41	41	41	41	41
42	42	42	42	42	42	42
43	43	43	43	43	43	43
44	44	44	44	44	44	44
45	45	45	45	45	45	45
46	46	46	46	46	46	46
47	47	47	47	47	47	47
48	48	48	48	48	48	48
49	49	49	49	49	49	49
50	50	50	50	50	50	50
51	51	51	51	51	51	51
52	52	52	52	52	52	52
53	53	53	53	53	53	53
54	54	54	54	54	54	54
55	55	55	55	55	55	55
56	56	56	56	56	56	56
57	57	57	57	57	57	57
58	58	58	58	58	58	58
59	59	59	59	59	59	59
60	60	60	60	60	60	60
61	61	61	61	61	61	61
62	62	62	62	62	62	62
63	63	63	63	63	63	63
64	64	64	64	64	64	64
65	65	65	65	65	65	65
66	66	66	66	66	66	66
67	67	67	67	67	67	67
68	68	68	68	68	68	68
69	69	69	69	69	69	69
70	70	70	70	70	70	70
71	71	71	71	71	71	71
72	72	72	72	72	72	72
73	73	73	73	73	73	73
74	74	74	74	74	74	74
75	75	75	75	75	75	75
76	76	76	76	76	76	76
77	77	77	77	77	77	77
78	78	78	78	78	78	78
79	79	79	79	79	79	79
80	80	80	80	80	80	80
81	81	81	81	81	81	81
82	82	82	82	82	82	82
83	83	83	83	83	83	83
84	84	84	84	84	84	84
85	85	85	85	85	85	85
86	86	86	86	86	86	86
87	87	87	87	87	87	87
88	88	88	88	88	88	88
89	89	89	89	89	89	89
90	90	90	90	90	90	90
91	91	91	91	91	91	91
92	92	92	92	92	92	92
93	93	93	93	93	93	93
94	94	94	94	94	94	94
95	95	95	95	95	95	95
96	96	96	96	96	96	96
97	97	97	97	97	97	97
98	98	98	98	98	98	98
99	99	99	99	99	99	99
100	100	100	100	100	100	100
101	101	101	101	101	101	101
102	102	102	102	102	102	102
103	103	103	103	103	103	103
104	104	104	104	104	104	104
105	105	105	105	105	105	105
106	106	106	106	106	106	106
107	107	107	107	107	107	107
108	108	108	108	108	108	108
109	109	109	109	109	109	109
110	110	110	110	110	110	110
111	111	111	111	111	111	111
112	112	112	112	112	112	112
113	113	113	113	113	113	113
114	114	114	114	114	114	114
115	115	115	115	115	115	115
116	116	116	116	116	116	116
117	117	117	117	117	117	117
118	118	118	118	118	118	118
119	119	119	119	119	119	119
120	120	120	120	120	120	120
121	121	121	121	121	121	121
122	122	122	122	122	122	122
123	123	123	123	123	123	123
124	124	124	124	124	124	124
125	125	125	125	125	125	125
126	126	126	126	126	126	126
127	127	127	127	127	127	127
128	128	128	128	128	128	128
129	129	129	129	129	129	129
130	130	130	130	130	130	130
131	131	131	131	131	131	131
132	132	132	132	132	132	132
133	133	133	133	133	133	133
134	134	134	134	134	134	134
135	135	135	135	135	135	135
136	136	136	136	136	136	136
137	137	137	137	137	137	137
138	138	138	138	138	138	138
139	139	139	139	139	139	139
140	140	140	140	140	140	140
141	141	141	141	141	141	141
142	142	142	142	142	142	142
143	143	143	143	143	143	143
144	144	144	144	144	144	144
145	145	145	145	145	145	145
146	146	146	146	146	146	146
147	147	147	147	147	147	147
148	148	148	148	148	148	148
149	149	149	149	149	149	149
150	150	150	150	150	150	150
151	151	151	151	151	151	151
152	152	152	152	152	152	152
153	153	153	153	153	153	153
154	154	154	154	154	154	154
155	155	155	155	155	155	155
156	156	156	156	156	156	156
157	157	157	157	157	157	157
158	158	158	158	158	158	158
159	159	159	159	159	159	159
160	160	160	160	160	160	160
161	161	161	161	161	161	161
162	162	162	162	162	162	162
163	163	163	163	163	163	163
164	164	164	164	164	164	164
165	165	165	165	165	165	165
166	166	166	166	166	166	166
167	167	167	167	167	167	167
168	168	168	168	168	168	168
169	169	169	169	169	169	169
170	170	170	170	170	170	170
171	171	171	171	171	171	171
172	172	172	172	172	172	172
173	173	173	173	173	173	173
174	174	174	174	174	174	174
175	175	175	175	175	175	175
176	176	176	176	176	176	176
177	177	177	177	177	177	177
178	178	178	178	178	178	178
179	179	179	179	179	179	179
180	180	180	180	180	180	180
181	181	181	181	181	181	181
182	182	182	182	182	182	182
183	183	183	183	183	183	183
184	184	184	184	184	184	184
185	185	185	185	185	185	185
186	186	186	186	186	186	186
187	187	187	187	187	187	187
188	188	188	188	188	188	188
189	189	189	189	189	189	189
190	190	190	190	190	190	190
191	191	191	191	191	191	191
192	192	192	192	192	192	192
193	193	193	193	193	193	193
194	194	194	194	194	194	194
195	195	195	195	195	195	195
196	196	196	196	196	196	196
197	197	197	197	197	197	197
198	198	198	198	198	198	198
199	199	199	199	199	199	199
200	200	200	200	200	200	200
201	201	201	201	201	201	201
202	202	202	202	202	202	202
203	203	203	203	203	203	203
204	204	204	204	204	204	204

Prefeitura do Município de Mandaguá
ESTADO DO PARANÁ
Pça Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
www.mandaguacu.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2023

representado pela união, **OLIMAK CADAMURO** portador da Cédula de Identificação nº 31472157-1, inscrito no CPF/MF nº 010 484 141 029-58, nos termos da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, da Lei 10.800/2002, dos Decretos Ministeriais nº 3.390/2003, e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 18/2023, homologado em 12 de julho de 2023, integrante do Processo Administrativo nº 28/2023, por determinação do Pregoeiro designado para esta modalidade, assim: **CONSIGNAR OS PREÇOS DA PLANILHA DE PREÇOS DE REFERÊNCIA Nº 01/2023, CNPJ Nº 20.098.988/0001-90, com endereço Rua Claudine Pereira Santos, 68, Agência Firac-Sic, CEP 89643-000, inscrita no CNPJ nº 08.640.676/0001-05, inscrita no CNPJ nº 4730841, inscrita no CNPJ nº 066.970-10-05, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nos cláusulas que seguem:**

Zenith 384, Agência F&C, CEP 85654-000, representada por MARCOS FERRARI, Cartão de Identidade nº 4378041, inscrita no CPF nº 006.95710-15, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e as atualizações constantes nos cálculos que seguem:

1- DO OBJETO:

1.1. A presente ATA tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de bens necessários para atender Associação de Pais e Amigos das Escolas (APAE) para atender a as necessidades do órgão cofinanciador, descrito no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS"**.

1.1.1. As alterações assumidas, as normais e instruções constantes do Edital Lotatório e suas respectivas anexas, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.2. **VALOR MÁXIMO: LOTE 6 – VALOR REGISTRADO: R\$ 2.446,00**

7. DA VIGÊNCIA:

7.1. A presente ATA terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicação;

7.2. Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetuar as contratações que dele postulam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, segundo a legislação relativa às licitações.

8. DA VINCULAÇÃO:

8.1. O disposto na presente ATA deverá ser executado firmemente pelos poderes, de acordo com as condições

2. **DA VIOLÊNCIA:**

2.1 - A presente ATA terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicação;

2.2 - Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não dará obrigação a efetivar as contratações que não tenham sido, inicialmente, facultadas à aquisição de outros meios, ressaltando a legislação relativa às licitações;

3. **DA VINCULAÇÃO:**

3.1 - O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições inseridas no Edital Licitação, sendo observado o disposto no Lei nº 10.520/2002, os Decretos Municipais, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 6.663/1995 e suas posteriores alterações.

4. - DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS

4.1. - A Licitação:

4.1.1. - As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitação deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente ATA, ficando facultado ao órgão convocante, a qualquer momento, exigir a apresentação da parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fizesse.

4- DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXISTENTES NA LICITAÇÃO:

4.1- As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitação deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente ATA, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando a qualquer preço.

5- DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO:

5.1- Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária da presente ATA, constam do

6.2 - O único contratante poderá prosseguir ainda pesquisa de mercado, sob forma a comprovar que os preços registrados não representam preços abusivos praticados no mercado, sendo indispensável para a satisfação da aquisição e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Município.

6- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- a) A contestada obriga-se a fornecer, nas mesmas condições contratuais, os produtos que lhe fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicialmente estimado **(ATA)**.
- b) A entrega dos objetos deverá ocorrer o prazo de até 07 (sete) dias após recebimento da Nota de Empenho.
- c) Os objetos poderão ser repeditos, no todo ou em parte, quando um descumprir com as especificações

6.4- O objeto será entregue no seguinte local: Alameda Central, localizada na Perimetral Angelo Siles.
5.5. Horário de funcionamento: 8:30 às 11:00 e das 13:00 às 6:30.

7. DO PAGAMENTO:

7.1- O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela contratada, num prazo máximo de **20 (vinte)** dias, contados da data do adimplemento da obrigação pendenciada como tal a data em que a nota fiscal for quitada pelo fisco/órgão do órgão contratante. Não

constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser correspondentes aos substituídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob as penas da lei, sob pena de aplicação de penalidades.

4 - O projeto será entregue no seguinte local: Abituação Central, localizada na Avenida Américo Bressi, 155. Horário de funcionamento: 8:30 às 11:00 e das 13:00 às 6:30.

7. DO PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela contratada, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados do dia da adimplência da obrigação considerada como tal e data em que a nota fiscal for certificada pela fiscalização do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações constantes do subitem 10.2 desta DTA.

7.2 - Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte dos documentos de cobrança, o órgão contratante

7.5- Considerando a forma padrão de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de

5. Considerando a forma praticada de pagamento adotado pela Administração Pública, com a utilização de depósito direto na conta corrente da contratada, e deferido a futura contabilidade a emissão de duplicatas em função do acordo a ser celebrado. A emissão desse título de crédito, em prejuízo das providências jurídicas cabíveis, por caracterizar título grav, equivale à emissão de "duplicatas simuladas", demandando a

7.2. Caso a ATA seja assinada com o CNPJ do fiscal responsável cadastrado no sistema, o sistema apresentará a seguinte mensagem:

cancelamento da contratação com uma das partes prescrições nos incisos II e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93) pelo fato de não estar prevista a situação disposta no inciso III, do art. 87, do mesmo diploma legal.

7.6. O pagamento só será efetuado após a verificação da manutenção da habilitação de contratação, seja através da consulta ONLINE no CADASTRO GERAL, pela comparação da qual se verifica em data de validade das suas obrigações para com a Receita Federal e com o sistema da Superintendência de Administração do Estado de São Paulo, ou seja, a validade do Certificado de Regularidade junto ao FGTIS e Tribunal Federal.

7.7. Caso a ATA seja assinada com o CNPJ do fiscal diverso daquele apresentado na sessão pública preliminar, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ do fiscal, o pagamento só será realizado após a constatação de regularidade do fiscal relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

8.1. A Penalidade, em hipótese de inadimplência parcial ou total, ressaltados os casos futuros e de força maior previstos na presente ATA, devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, garantias e sua prorrogação no respectivo processo:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa; e

8.5. **AS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

8.1. A Contratação, na hipótese de impedimento parcial ou total, reservadas as causas futuras ou de força maior previstas na presente ATA, devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, garantidas e sob pena de desfeito no respectivo processo:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa e;

8.1.3. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Municipalidade de Mendonça por prazo não superior a dois (2) anos.

9.2.1. As multas impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente;

9.3. Da aplicação das penalidades:

9.3.1. As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de intimação judicial ou extrajudicial;

9.4. Da cumulatividade:

9.4.1. A aplicação da penalidade "multa" não impõe que a órgão contratada rescinda unilateralmente o acordo e venha a aplicar, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3.

8.2.1. A multa imposta em CONTRATAÇÃO SÍNCRONIZADA decorre das pagamentos eventualmente devidos, ou não, quando for o caso, cobrada judicialmente;

8.3. Da aplicação das penalidades;

8.3.1. As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial;

8.4. Da cumulatividade;

8.4.1. A aplicação da penalidade "multa" não impede que o órgão contratante rescinda unilateralmente o acordo e verba o aplico, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3;

8.5. Da aplicação das multas;

8.5.1. Multa por atraso da entrega: Conforme edital.

9.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito, quando:

9.1.1. O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA;

9.1.2. O Fornecedor dar causa a rescisão administrativa de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, a critério do órgão contratante;

9.1.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de acordo (ou instrumento equivalente).

9.1.4- Não aceitar reduzir o(s) preço(s) registrado(s) se este(s) se tomar(em) superior(es) ao(s) praticado(s) no mercado;

9.2- A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente, via e-mail (fitecaadm@leguacu@hotmail.com), ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se o comprovante ao processo de administração da presente ATA, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa.

10- DA FISCALIZAÇÃO:

10.1- A Registrada deverá facilitar o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante,

10.2- A fiscalização do cumprimento do acordo decorrente desta ATA será exercida por servidor habilitado, designado formalmente órgão contratante, para tal. Investido de plenos poderes para:

- 10.2.1- Recusar o material não em conformidade com o objeto;
- 10.2.2- Promover a liquidação do respectivo documento da cobrança;
- 10.2.3- Tomar as ações iniciais para a consecução das medidas cabíveis para os casos amparados pelos itens 8 e 9 a serem executados pelo órgão contratante;

10.4- A cada entrega de material, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital Licitação. O tempo médio de análise é de 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes dos exames a serem realizados serão custeadas pelo órgão contratante;

10.5 - Fica designada a servidora – Adriana Bueno da Silva, portadora do CIRG nº 7.955.061-1 e inscrita no CPF/MF nº 030.010.699-88 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato de Registro de Preços, nos termos disciplinados no art. 56, III e 87 da Lei federal nº 6.665/93.

10.6 - Fica designada, como fiscal substituta a servidora Luana da Silva Santos, matrícula 500302, portadora do CIRG nº 2.886.049-88 e inscrita no CPF/MF nº 086.076.319-69 para exercer a fiscalização e o

11.1.1. - Sobre casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não de aplicação de multa, os inadimplentes dos documentos das situações a seguir, quando vierem a alistar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto de acordo.

11.1.1.1 - Greve geral;

11.1.1.2 - Calamidade pública;

11.1.1.3 - Interrupção dos meios de transporte;

11.1.1.4 - Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,

11.5- Outros casos que enquadram no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro, 11.2- De gases acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificada pela Contratada perante o órgão contratante;

11.3- Sempre que ocorrerem situações que impliquem risco furtivo ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência; Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso furtivo ou de força maior.

12- DA CONTRATAÇÃO:

111.5- Outros casos que se enquadram no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro, e

112- De casos extra commercium devem ser satisfatoriamente justificadas pela Contadante perante o órgão contratante.

113- Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fulcuto ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido esse prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fulcuto ou de força maior.

12- DA CONTRATAÇÃO

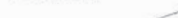
12.1- O compromisso para fornecimento dos materiais registrados nesta ATA será efetivado através de emissão de nota de empenho específica com a empresa, que terá força de contrato.

Montagauçu, 12 de julho de 2023



GILMAR CADAMURO – PISSETO EM EXERCÍCIO

Manaus, 12 de julho de 2023



GLMAR LADAMURO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

MARCOS FERARI
LTD.A 33008679000111

Assinado de forma digital por
MARCOS FERARI
LTD.A 33008679000111
Dados: 2023.07.13 13:55:49-0307

MARCOS FERARI
LTD.A:33008679000114
MARCOS FERARI
LTD.A:33008679000114
Data: 2023-07-13 13:25:43-0300

MARCOS FERARI - MARCOS FERARI LTD.A

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
-----------	----------------	------------	-------------

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS				
	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
LOTE 8	PROJETO: 4500 LUMENS, WIFI, HDMI, USB, SDR INTEGRADO, BIVOLT, PRETO - COM O SMART SCREEN	R\$ 2.446,96	1	R\$ 2.446,96

LOTE B	PROJETO 4500 LUMENS, WIFI, HDM, USB, SOM INTEGRADO, BIVOLT, PRETO – COM O SMART SCREEN	R\$ 2.486,00	1	R\$ 2.486,00
--------	--	--------------	---	--------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU
Estado de Paraná

Avenida Governador Lúpin, 605 - Fone (0xx41) 3332 1222 - Telefax 3332 1283
 e-mail: pm@itaguaçu.pr.gov.br ou pm@itaguaçu.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAPÉ
Linha do Paraná

Avenida Governador Luperon, 605 - Fone (0xx41) 3332 1222 - Telefax 3332 1283

CNPJ 76.870.350/0001-13

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73.2023

Pregão Eletrônico - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20.2023

Contratante – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAPÉ.

Contratado – **FARMÁCIA CENTRAL DE ITAGUAPÉ LTDA**, CNPJ Nº 16.466.289/0001-10.

Objeto – REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS (FÓRMULA NUTRICIONAIS ESPECIAIS, DIETA DE LACTENTE E PARENTERAL) E PROTETORES SOLARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit	Valor Total
1	Suplemento nutricional para situações metabólicas especiais, formulado para estado de tolerância anormal à glicose, especialmente para pessoas com diabetes. São Formulas com um sistema de carboidratos de lenta absorção, que ajuda no controle da glicemia. Isenta de lactose, sacarose, glúten; lata 400g; sabor baunilha.	KLEY HERTZ	Unid	300	R\$ 1,00	1.300,00

Valor:							
LOTE 2							
Valor Total do Lote: 15.300,00 (quize mil e trezentos reais)							
Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total	
1	Suplemento nutricional para situações metabólicas especiais, formulado para estado de tolerância normal a glicose. Especificamente para pessoas com diabetes. São formuladas com um sistema de carboidratos de lenta absorção, que ajuda no controle da glicemia, inibe de fatores, sacaros, glicose; lote 400g; tipo baunilha.	KLEY HERTZ	Unid	300	R\$ 51,00	15.300,00	
LOTE 6							
Valor Total do Lote: 6.896,00 (seis mil, oitocentos e noventa e nove reais)							

Lote 5						
Valor Total do Lote: 6.899,00 (seis mil, oitocentos e noventa e nove reais)						
Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FÓRMULA INFANTIL INDICADA PARA CRIANÇAS DE 5 A 12 MESES A BASE DE PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, LATA 800 g.	DANONE	Unid	100	R\$ 68,99	6.899,00
Lote 8						
Valor Total do Lote: 11.200,00 (onze mil e duzentos reais)						
Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor	Valor

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FORMULA INFANTIL INDICADA PARA CRIANÇAS DE 6 A 12 MESES A BASE DE PROTEÍNA LÍQUIDA DE SOJA - LATA 800 g.	DANONE	Unid	160	R\$ 68,99	6.899,50
LOTE 8 Valor Total do Lote: 11.200,00 (onze mil e duzentos reais)						
Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	FORMULA INFANTIL PARA LACTANTES COM REGISTRAÇÃO E/OU REQUISIÇÃO GASTROENTEROLÓGICA, PARA TRATAMENTO DA REFUXO LACTAR EM LACTANTES, LATA 800g	NESTLE	Unid	200	R\$ 56,00	11.200,00
LOTE 9 Valor Total do Lote: 14.687,00 (quatorze mil, seiscentos e noventa e sete reais)						
Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total

1	FORMULA INFANTIL, PARA LACTANTES COM REGURGITAÇÃO E/OU REFLUXO GASTROESOFÁGICO, PARA TRATAMENTO DA UNIDADE	NESTLE	200	RS	Total	RS
					96,00	11.206,00

LOTE 9

Valor Total do Lote: 14.697,00 (quatorze mil, seiscentos e noventa e sete reais)

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Módulo da proteína a 100% que possui proteína contendo proteína isolada do soro de leite de vaca, afim de retardar a perda muscular em pacientes e idosos. Precisa ser de fácil digestão, sem necessidade do uso de medicação ou mixer. Sem modificação de mixer.	INTEGRAL MEDICA	lata	300	RS 48,99	14.697,00

[illegible]

Valor Total - R\$ 48.996,00	
07.091.13.301.0011.2.539.3.390.30.00.00	01090 MATERIAL DE CONSUMO
07.091.13.301.0011.2.539.3.390.30.00.00	01033 MATERIAL DE CONSUMO
07.091.13.301.0011.2.542.3.390.30.00.00	11010 MATERIAL DE CONSUMO
07.091.13.301.0011.2.542.3.390.30.00.00	11016 MATERIAL DE CONSUMO
07.091.13.301.0011.2.542.3.390.30.00.00	31444 MATERIAL DE CONSUMO
07.091.13.301.0011.2.542.3.390.30.00.00	31444 MATERIAL DE CONSUMO
07.091.13.301.0011.2.547.3.390.30.00.00	31486 MATERIAL DE CONSUMO
07.091.13.301.0011.2.548.3.390.30.00.00	31486 MATERIAL DE CONSUMO
07.091.13.301.0011.2.548.3.390.30.00.00	31487 MATERIAL DE CONSUMO
07.091.13.301.0011.2.551.3.390.30.00.00	31487 MATERIAL DE CONSUMO
07.091.13.301.0011.2.559.3.390.32.00.00	01090 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

07.001.10.301.0011.2.028.3.3.90.32.00.00.01303 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
07.001.10.301.0011.2.028.3.3.90.32.00.00.01494 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Vigência:

12 (doze) meses.

Inquirição: 18 de Julho de 2023

~~CONSTATANTE~~

CRISOGONO NETO E SILVA JUNIOR
Pessoa Municipal

07.091.15.301.0011.2.039.3.1.86.32.00.00.0182 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
07.091.15.301.0011.2.039.3.1.86.32.00.00.0184 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Vigência:

12 (doze) meses.

Ingresso: 16 de Junho de 2023

Carimbo e Assinatura do Autorizante

CRISOGONO ALETO E SILVA JUNIOR
Pessoa Municipal



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ
Paco Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
www.mandaguçu.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREÇÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023

Pelo presente instrumento, a órgão contratante **MUNICÍPIO DE MANDAGUÇU**, inscrito no CNPJ nº 76.285.329/0001-08, com endereço Rua Bernardino Bogo, 175, na cidade de Mandaguçu, neste ato representado pelo estenador, **GLIMAR CADAMURO** portador da Cédula de Identidade nº 3.417.213-7, e inscrito no CPF/MF sob o nº 490.141.029-68, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, de Lei 10.520/2002, dos Decretos Municipais nº 8.369/2023, e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 18/2023, homologado em 12 de julho de 2023, integrante do Processo Administrativo nº 28/2023, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** das empresa **PAPICOS - MOVES E ELATRO - EIRELI - ME**, CNPJ nº 25.329.3010001-18, com endereço R Rocha Penteado, 295, Campo Medeiros-PR, CEP 87303-202, representada por FLAVIO PEREIRA GARALUZ, portador da identidade nº 75043430, inscrito no CPF nº 043.778.159-3, observadas as condições do Edital que regem a Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1- DO OBJETO:

- 1- A presente ATA tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de bens permanentes para entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) para atender a as necessidades do órgão contratante, descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS"**;
- 1- As obrigações assumidas, as normas e instituições contem do Edital Licitatório a seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transações;
- 1-2- Lotes Registrados:
- LOTE 2 – VALOR REGISTRADO: R\$ 875,00;
- LOTE 10 – VALOR REGISTRADO: R\$ 284,00;

2- DA VIGÊNCIA:

- 2-1- A presente ATA terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicação;
- 2-2- Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitadas a legislação relativa às licitações;

3- DA VINCULAÇÃO:

- 3-1- O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições estabelecidas no Edital Licitatório, sendo observado o disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto Municipal, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria;

4- DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

- 4-1- As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente ATA, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fizes;

5- DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO:

- 5-1- Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária da presente ATA, constam do **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS"**, anexo;
- 5-2- O órgão contratante poderá promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registatiles permanencm compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação de aquisição e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Município;

6- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 6-1- A contratação ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta ATA;
- 6-2- A entrega dos objetos deverá ocorrer o prazo de até 07 (sete) dias após recebimento da Nota de Empenho;
- 6-3- Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser consignados/retirados/substituidos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, das atas da Contratação, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 6-4- O objeto será entregue no seguinte local: Almoarifado Central, localizado na Perimetral Ângelo Sassi, 155. Horário de funcionamento: 8:30 às 11:00 e das 13:00 às 6:30;

7- DO PAGAMENTO:

- 7-1- O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela contratada, num prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da data do adimplemento da obrigação, considerada como tal a data em que a nota fiscal for certificada pela fiscalização do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações constantes do subitem 10.2 desta ATA;
- 7-2- Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte do documento de cobrança, o órgão contratante considerará como tal a data em que a nota fiscal for certificada pela fiscalização do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações constantes do subitem 10.2 desta ATA;
- 7-3- Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
- 7-4- Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);
- 7-5- Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de depósito direto na conta corrente da contratada, é devido à futura contratada a emissão de duplicatas em função do acordo a ser celebrado. A emissão desse título de crédito, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar ilícito grave, equiparável à emissão de "duplicatas simuladas", demandará o cancelamento da contratada com uma das penas previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, pelo fato desse ato enquadrar-se na situação disposta no inciso III, do art. 88, do mesmo diploma legal;
- 7-6- O pagamento só será efetuado após a verificação da manutenção da habilitação da contratada, seja através da consulta ON-LINE no CADASTRO GERAL, para comprovação de que se encontra em dia com suas obrigações para com a Receita Federal e com o sistema da Seguridade Social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade junto ao FGTS e Tributos Federais;

- 7-7- Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pelo matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito;

8- DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 8-1- A Contratada, na hipótese de inadimplência parcial ou total, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior previstos na presente ATA, devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:
- 8.1.1- Advertência;
- 8.1.2- Multa;
- 8.1.3- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Municipalidade de Mandaguçu por prazo não superior a dois (2) anos;
- 8.2- Das Multas:
- 8.2.1- As multas impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- 8.3- Da aplicação das penalidades:
- 8.3.1- As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial;
- 8.4- Da cumulatividade:
- 8.4.1- A aplicação da penalidade "multa" não impede que o órgão contratante rescinda unilateralmente o acordo e venha a aplicar, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3;
- 8.5- Da aplicação das multas:
- 8.5.1- Multa por atraso da entrega: Conforme edital;

9- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 9-1- O Registro da determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito, quando:
- 9.1-1- O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA;
- 9.1.2- O Fornecedor der causa à rescisão administrativa de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, a critério do órgão contratante;
- 9.1.3- Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, se assim for decidido pelo órgão contratante;
- 9.1.4- Não aceitar reduzir (ou) preço(s) registrado(s) se este(s) se tornam(em) superior(es) ao(s) praticado(s) no mercado;
- 9.1.5- Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pelo órgão contratante;
- 9.1.6- Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências previstas no art. 78, incisos XIII e XVII, da Lei nº 8.666/93;
- 9.2- A constatação de cancelamento de preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente, via e-mail (telcacommandaguçu@hotmail.com), ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente ATA, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa;
- 9.3- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado;

10- DA FISCALIZAÇÃO:

- 10-1- A Registro deverá facilitar o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante;
- 10-2- A fiscalização do cumprimento do acordo decorrente desta ATA será exercida por servidor habilitado, designado formalmente órgão contratante, para tal, investido de plenos poderes para:
- 10.2.1- Recusar o material em desacordo com o objeto;
- 10.2.2- Promover a liquidação do respectivo documento de cobrança;
- 10.2.3- Tomar as ações iniciais para a consecução das medidas cabíveis para os casos amparados pelos itens 8 e 9 a serem executados pelo órgão contratante;
- 10.2.4- Tomar quaisquer outras medidas jurídicas necessárias para a perfeita execução do objeto;
- 10.3- A cada entrega de material, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital Licitatório. O tempo médio de análise é de 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes dos exames a serem realizados serão custeadas pelo órgão contratante;
- 10.4- A rejeição dos lotes não justifica atrasos em relação ao prazo de entrega fixado;
- 10.5- Fica designada a servidora – Adriane Bueno da Silva, portadora do CI/RG nº 7.995.081-1 e inscrita no CPF/MF nº 030.010.699-88 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato do Registro de Preços, nos termos disciplinados no art. 58, II e 67 da Lei federal nº 8.666/93;
- 10.6- Fica designado, como fiscal substituta a servidora Luana da Silva Santos, matrícula 500302, portadora do CI/RG nº 8.860.340-88 e inscrita no CPF/MF nº 065.038.319-69 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato do Registro de Preços, nos termos disciplinados no art. 58, II e 67 da Lei federal nº 8.666/93;

11- DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:

- 11-1- Sendo considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:
- 11.1.1- Greve geral;
- 11.1.2- Calamidade pública;
- 11.1.3- Interrupção dos meios de transporte;
- 11.1.4- Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais;
- 11.1.5- Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro;
- 11-2- Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;
- 11.3- Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da cobrança será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior;

12- DA CONTRATAÇÃO:

- 12-1- O compromisso para fornecimento dos materiais registrados nesta ATA será efetivado através de emissão de nota de empenho específica com a empresa, que terá força de contrato;

Mandaguçu, 12 de julho de 2023

GLIMAR CADAMURO – PREFEITO MUNICIPAL EXERCÍCIO

FLAVIO PEREIRA GARALUZ (24377-7883)

FLAVIO PEREIRA GARALUZ – PÁRROCOS - MOVES E ELATRO - EIRELI - ME

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
LOTE 2			
CONJUNTO 01/ANIL MESA REDUNDANTE C/ CADEIRAS, MEDSA REDONDA COLORIDA 60 X 105 CM, CADEIRA COLORIDA 66 X 30 X 30CM ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE)	R\$ 875,00	2	R\$ 1.750,00
LOTE 10			
QUADRO BRANCO MAQUETICO, SUPERFÍCIE DE SECAGEM RÁPIDA E DOM APÍCIO PARA APAREADOR E PINCER, MOLDURA EM ALUMÍNIO DIMENÇÕES: 900MM X 1200MM, PESO: 5 KG	R\$ 284,00	1	R\$ 284,00

LOTE 2 – VALOR REGISTRADO: R\$ 875,00;

LOTE 10 – VALOR REGISTRADO: R\$ 284,00;



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ
Paco Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
www.mandaguçu.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREÇÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICÍPIO DE MANDAGUÇU**, inscrito no CNPJ nº 76.285.329/0001-08, com endereço Rua Bernardino Bogo, 175, na cidade de Mandaguçu, neste ato representado pelo estenador, **GLIMAR CADAMURO** portador da Cédula de Identidade nº 3.417.213-7, e inscrito no CPF/MF sob o nº 490.141.029-68, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, de Lei 10.520/2002, dos Decretos Municipais nº 8.369/2023, e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº 18/2023, homologado em 12 de julho de 2023, integrante do Processo Administrativo nº 28/2023, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** das empresa **ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA**, CNPJ nº 49.059.155/0001-37, com endereço Avenida Heli Bragat, 440, Mandaguçu-PR, CEP 87160-000, representada por ANDRÉIA CARACATO ROCCO, Cateira de Identidade nº 1596221, inscrito no CPF nº 032.300.309-08, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1- DO OBJETO:

- 1- A presente ATA tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de bens permanentes para entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) para atender a as necessidades do órgão contratante, descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS"**;
- 1- As obrigações assumidas, as normas e instituições contem do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transações;
- 1-2- Lotes Registrados:
- LOTE 11 – VALOR REGISTRADO: R\$ 884,00;

2- DA VIGÊNCIA:

- 2-1- A presente ATA terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicação;
- 2-2- Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitadas a legislação relativa às licitações;

3- DA VINCULAÇÃO:

- 3-1- O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições estabelecidas no Edital Licitatório, sendo observado o disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto Municipal, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria;

4- DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

- 4-1- As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente ATA, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fizes;

5- DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO:

- 5-1- Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária da presente ATA, constam do **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS"**, anexo;
- 5-2- O órgão contratante poderá promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registatiles permanencm compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação de aquisição e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Município;

6- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 6-1- A contratação ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta ATA;
- 6-2- A entrega dos objetos deverá ocorrer o prazo de até 07 (sete) dias após recebimento da Nota de Empenho;
- 6-3- Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser consignados/retirados/substituidos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, das atas da Contratação, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 6-4- O objeto será entregue no seguinte local: Almoarifado Central, localizado na Perimetral Ângelo Sassi, 155. Horário de funcionamento: 8:30 às 11:00 e das 13:00 às 6:30;

7- DO PAGAMENTO:

- 7-1- O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela contratada, num prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados da data do adimplemento da obrigação, considerada como tal a data em que a nota fiscal for certificada pela fiscalização do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações constantes do subitem 10.2 desta ATA;
- 7-2- Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte do documento de cobrança, o órgão contratante efetuará o pagamento da parte efetivamente aprovada e a empresa contratada prestará os esclarecimentos necessários para liquidação do saldo devido;
- 7-3- Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
- 7-4- Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);
- 7-5- Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de depósito direto na conta corrente da contratada, é devido à futura contratada a emissão de duplicatas em função do acordo a ser celebrado. A emissão desse título de crédito, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar ilícito grave, equiparável à emissão de "duplicatas simuladas", demandará o cancelamento da contratada com uma das penas previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, pelo fato desse ato enquadrar-se na situação disposta no inciso III, do art. 88, do mesmo diploma legal;
- 7-6- O pagamento só será efetuado após a verificação da manutenção da habilitação da contratada, seja através da consulta ON-LINE no CADASTRO GERAL, para comprovação de que se encontra em dia com suas obrigações para com a Receita Federal e com o sistema da Seguridade Social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade junto ao FGTS e Tributos Federais;

- 7-7- Caso a ATA seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pelo matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito;

8- DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 8-1- A Contratada, na hipótese de inadimplência parcial ou total, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior previstos na presente ATA, devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:
- 8.1.1- Advertência;
- 8.1.2- Multa;
- 8.1.3- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Municipalidade de Mandaguçu por prazo não superior a dois (2) anos;
- 8.2- Das Multas:
- 8.2.1- As multas impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- 8.3- Da aplicação das penalidades:
- 8.3.1- As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial;
- 8.4- Da cumulatividade:
- 8.4.1- A aplicação da penalidade "multa" não impede que o órgão contratante rescinda unilateralmente o acordo e venha a aplicar, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3;
- 8.5- Da aplicação das multas:
- 8.5.1- Multa por atraso da entrega: Conforme edital;

9- DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 9-1- O Registro da determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito, quando:
- 9.1.1- O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA;
- 9.1.2- O Fornecedor der causa a rescisão administrativa de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, a critério do órgão contratante;
- 9.1.3- Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, se assim for decidido pelo órgão contratante;
- 9.1.4- Não aceitar reduzir (ou) preço(s) registrado(s) se este(s) se tornam(em) superior(es) ao(s) praticado(s) no mercado;
- 9.1.5- Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pelo órgão contratante;
- 9.1.6- Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências previstas no art. 78, incisos XIII e XVII, da Lei nº 8.666/93;
- 9.2- A constatação de cancelamento de preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente, via e-mail (telcacommandaguçu@hotmail.com), ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente ATA, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa;
- 9.3- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado;

10- DA FISCALIZAÇÃO:

- 10-1- A Registro deverá facilitar o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante;
- 10-2- A fiscalização do cumprimento do acordo decorrente desta ATA será exercida por servidor habilitado, designado formalmente órgão contratante, para tal, investido de plenos poderes para:
- 10.2.1- Recusar o material em desacordo com o objeto;
- 10.2.2- Promover a liquidação do respectivo documento de cobrança;
- 10.2.3- Tomar as ações iniciais para a consecução das medidas cabíveis para os casos amparados pelos itens 8 e 9 a serem executados pelo órgão contratante;
- 10.2.4- Tomar quaisquer outras medidas jurídicas necessárias para a perfeita execução do objeto;
- 10.3- A cada entrega de material, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital Licitatório. O tempo médio de análise é de 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes dos exames a serem realizados serão custeadas pelo órgão contratante;
- 10.4- A rejeição dos lotes não justifica atrasos em relação ao prazo de entrega fixado;
- 10.5- Fica designada a servidora – Adriane Bueno da Silva, portadora do CI/RG nº 7.995.081-1 e inscrita no CPF/MF nº 030.010.699-88 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato do Registro de Preços, nos termos disciplinados no art. 58, II e 67 da Lei federal nº 8.666/93;
- 10.6- Fica designado, como fiscal substituta a servidora Luana da Silva Santos, matrícula 500302, portadora do CI/RG nº 8.860.340-88 e inscrita no CPF/MF nº 065.038.319-69 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto do contrato do Registro de Preços, nos termos disciplinados no art. 58, II e 67 da Lei federal nº 8.666/93;

11- DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR:

- 11-1- Sendo considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da ATA ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:
- 11.1.1- Greve geral;
- 11.1.2- Calamidade pública;
- 11.1.3- Interrupção dos meios de transporte;
- 11.1.4- Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais;
- 11.1.5- Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro;
- 11-2- Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;
- 11.3- Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da cobrança será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior;

12- DA CONTRATAÇÃO:

- 12-1- O compromisso para fornecimento dos materiais registrados nesta ATA será efetivado através de emissão de nota de empenho específica com a empresa, que terá força de contrato;

Mandaguçu, 12 de julho de 2023

GLIMAR CADAMURO – PREFEITO MUNICIPAL EXERCÍCIO

ANDRÉIA CARACATO ROCCO (24377-7883)

ANDRÉIA CARACATO ROCCO – ROCO DISTRIBUIDORA LTDA

DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
LOTE 1			
ESTANTE COLMEIA ORGANIZADORA MDF, MEDIDAS: 1,6M X 1,5 X 0,4M, 3 CORES - Estante Colmeia Organizadora MDF, Medidas: 1,6m x 1,5 x 0,4m, 3 cores:	R\$ 884,00	1	R\$ 884,00



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ
Paco Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400
www.mandaguçu.pr.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREÇÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023

Pelo presente instrumento, o órgão contratante **MUNICÍPIO DE MANDAGUÇU**, inscrito no CNPJ nº 76.285.329/0001-08, com endereço Rua Bernardino Bogo, 175, na cidade de Mandaguçu, neste ato representado pelo ordenador, **MAURICIO APARECIDO DA SILVA** portador da Cédula de Identidade nº 4.045.435-7, e inscrito no CPF/MF sob o nº 632.506.759-20, nos termos da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, de Lei 10.520/2002, dos Decretos Municipais nº 12 de julho de 2023, integrante do Processo Administrativo nº 28/2023, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** das empresa **TODON COMERCIAL LTDA**, CNPJ nº 46.861.564/0001-91, com endereço Rua Hermínio Tessari, 370, Palcança-PR, CEP 87140-000, representada por EDNA TODAO GONÇALVES, Carteira de Identidade nº 6.238.170-8, inscrito no CPF nº 038.547.939-52, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1- DO OBJETO:

- 1- A presente ATA tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de bens permanentes para entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) para atender a as necessidades do órgão contratante, descritos no **"DEMONSTRATIVO DE LOTES REGISTRADOS"**;
- 1-1- As obrigações assumidas, as normas e instituições contem do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transações;
- 1-2- Lotes Registrados:
- LOTE 7 – VALOR REGISTRADO: R\$ 864,00;
- LOTE 11 – VALOR REGISTRADO: R\$ 2.600,00;

2- DA VIGÊNCIA:

- 2-1- A presente ATA terá vigência pelo prazo de 12 meses, a partir da data da sua publicação;
- 2-2- Durante o prazo de vigência desta ATA, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitadas a legislação relativa às licitações;

3- DA VINCULAÇÃO:

- 3-1- O disposto na presente ATA deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições estabelecidas no Edital Licitatório, sendo observado o disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto Municipal, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria;



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de Cruzeiro do Sul – PR.

RESOLUÇÃO CMDCA nº 004 / 2023

Dispõe sobre as condutas vedadas aos(as) candidatos(as) e respectivos(as) fiscais durante o Processo de Escolha dos Membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es) e sobre o procedimento de sua apuração.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) do Município de Cruzeiro do Sul, no uso de suas atribuições Lei Municipal 418/2023 de 21 de março de 2023, Lei Federal 8069 de 13 de Julho de 1990, Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) nº231/2022, que lhe conferem a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e,

Considerando que o art. 7º, §1º, letra “c”, da Resolução CONANDA nº 231/2022, dispõe que à Comissão Eleitoral do CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos(as) candidatos(as) a membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es);

Considerando, ainda, que o art. 11, §6º, inciso I, da Resolução CONANDA nº 231/2022, realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local,

RESOLVE :

ART. 1º - A campanha dos(as) candidatos(as) a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos(as) candidatos(as) habilitados(as) no Processo de Escolha e publicação dessa resolução e será encerrada a meia noite da véspera do dia da votação.

ART. 2º - Serão consideradas condutas vedadas aos(as) candidatos(as) devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de 2024/2027 e aos seus prepostos:

1.) Da Propaganda

- oferecer, prometer ou solicitar dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;
- perturbar o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;
- fazer propaganda por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;
- prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;
- caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;
- fazer propaganda de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, standeartes, faixas e assemelhadas, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (cinema, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada), inclusive postos de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos;
- colocar propaganda de qualquer natureza em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisorios, mesmo que não lhes causem dano;
- fazer propaganda mediante *outdoors*, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos(as) à imediata retratada da propaganda irregular.

2.) Da campanha para a escolha

- confeccionar, utilizar ou distribuir por comitê, candidato(a) ou com a sua autorização, camisetas, chaveiros, bonês, canetas, brindes, cesta básica ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao(s) eleitor(a);
- realizar *showmicio* e evento assemelhado para promoção de candidatos(as), bem como apresentação, remuneração ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião de campanha;
- utilizar trios elétricos em campanha, exceto para a sonorização de anúncio de comícios;
- usar símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;
- efetuar qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para a veiculação de propaganda em bens particulares, cuja cessão deve ser espontânea e gratuita;
- contratar ou utilizar, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais.

3.) No dia do processo de escolha

- usar alto-falantes e amplificadores de som ou promover comício ou carreta;
- arrematar eleitor ou fazer propaganda de boca de urna;
- até o término do horário de votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
- fornecer aos(as) eleitores(as) transporte ou refeições;
- doar, oferecer, prometer ou entregar ao(a) eleitor(a), com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro de candidatura até o dia da eleição, inclusive (captação de sufrágio);
- padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário dos(as) seus(suas) respectivos(as) fiscais.

4.) Das Penalidades

ART. 3º - O desrespeito às regras apontadas no art. 2º desta Resolução caracterizará idoneidade moral, deixando o(a) candidato(a) passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

5.) Do Procedimento de Apuração das Condutas Vedadas

ART. 4º - Qualquer cidadão ou candidato(a) poderá representar à Comissão Eleitoral do CMDCA contra aquele(a) que infringir as normas estabelecidas por meio desta Resolução, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

Parágrafo único - Cabe à Comissão Eleitoral do CMDCA registrar e fornecer protocolo ao representante, com envio de cópia da representação ao Ministério Público.

ART. 5º - No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao(a) infrator(a) para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução CONANDA nº 231/2022).

Parágrafo único - O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral do CMDCA, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

ART. 6º - A Comissão Eleitoral do CMDCA poderá, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I - arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se pessoalmente o representado e o representante, se for o caso;

II - determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, §3º, inciso II, da Resolução CONANDA nº 231/2022).

§ 1º - No caso do inciso II supra, o representante será intimado pessoalmente a, querendo, comparecer à reunião designada e efetuar sustentação, oral ou por escrito, à luz das provas e argumentos apresentados pela defesa;

§ 2º - Após a manifestação do representante, ou mesmo na ausência deste, será facultado ao representado a efetuar sustentação, oral ou por escrito, por si ou por defensor constituído;

§ 3º - Eventual ausência do representante ou do representado não impedem a realização da reunião a que se refere o inciso II supra, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

ART. 7º - Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o(a) representado(a) e, se o caso, o(a) representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, §4º, da Resolução CONANDA nº 231/2023).

§ 1º - A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias o término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, §4º, da Resolução CONANDA nº 231/2023);

§ 2º - No julgamento do recurso será observado o mesmo procedimento indicado no art. 6º, §§ 1º a 3º da presente Resolução.

ART. 8º - Caso seja cassado o registro da candidatura, em havendo tempo hábil, o nome do candidato cassado será excluído da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica.

Parágrafo único - Em não havendo tempo hábil para exclusão do nome do candidato cassado da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica, os votos a ele porventura creditados serão considerados nulos.

ART. 9º - O(a) representante do Ministério Público, tal qual determina o art. 11, §7º, da Resolução CONANDA nº 231/2022, deverá ser identificado de todas as decisões da Comissão Eleitoral do CMDCA e de sua Plenária, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

ART. 10 - Os prazos previstos no art. 3º seguirão a regra do art.212 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16/03/2015), ou seja, realizar-se-ão em dias úteis, das 06 (seis) às 20 (vinte) horas.

6.) Da Publicidade desta Resolução

ART. 11 - Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os municípios e candidatos(as), ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes.

ART. 12 - A fim de que os(as) candidatos(as) não aleguem desconhecimento do teor desta Resolução, a Comissão Eleitoral do CMDCA fará reunião com eles(as) antes do início da campanha, tão logo seja publicada a relação dos(as) candidatos(as) inscritos(as) e considerados(as) habilitados(as) - art. 11, §7º inciso I, da Resolução CONANDA nº 231/2022;

Parágrafo único - Será lavrado Termo de Compromisso, assinado por todos(as) candidatos(as) a Membros do Conselho Tutelar e integrantes da Comissão Eleitoral, no sentido de que as regras previstas nesta Resolução serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura (art. 11, §7º, inciso I, da Resolução CONANDA nº 231/2022).

7.) Da Disposição Transitória

ART. 13 - A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e currículo vitae.

ART. 14 - A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.

ART. 15 - Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.

§ 1º - A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

I- em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;

II- por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;

III- por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo.

ART. 16 - A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dessa resolução.

QUARTA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2023

Nova Esperança nº 3589 - Colorado nº2676



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPOEMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado do Paraná
CNPJ nº 76.970.391/0001-39

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS DE TÍTULOS Nº 05/2023

O Município de PARANAPOEMA, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS DE TÍTULOS**, destinado ao provimento de vagas para psicólogo em caráter temporário, para o ano letivo de 2023, em conformidade com Art. 37, IV, da Constituição Federal, e demais legislações atinentes, todas considerando as suas alterações posteriores, e de acordo com as seguintes disposições deste Edital:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da comissão designada pela Portaria nº 14 de 02 de fevereiro de 2023, sob a presidência da Secretária Municipal de Educação, Eliz de Jesus Frattato.
- O Processo Seletivo terá caráter classificatório e envolverá prova de títulos.
- Os cargos, escolaridade/habilitação exigida, número de vagas, número de vagas para portadores de necessidades especiais, carga horária semanal, vencimento mensal e relação de títulos, seguem dispostos nos quadros abaixo:
- Cargos ligados à Secretaria Municipal de Educação:

01	Fonoaudiólogo	REQUISITOS: Diploma em Fonoaudiologia e Histórico Escolar	VAGA: 01-CR	Até 20h	Validetm 1.3.3.
----	---------------	---	-------------	---------	-----------------

1.3.2. Legendas Utilizadas: Vagas PNE: Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 11 do Edital). • CR: Cadastro Reserva.

Nível	Carga Horária Semanal / Remuneração Mensal (em R\$)
	20h
Fonoaudiólogo	R\$ 2.082,92

1.4. Considerar-se como comprovação, para fins de habilitação aos cargos do item 1.4.1.

1.4.1. HABILITAÇÃO (Nível Superior): Apresentação de Diploma ou Certificado em papel timbrado da instituição, contendo a assinatura e identificação do responsável e a respectiva classificação do curso. A apresentação de Certidão de Conclusão de Curso / Declaração de Conclusão de Curso devem ser emitidas em papel timbrado da instituição de ensino e acompanhadas do histórico escolar. Não serão aceitos históricos sem certidões/declarações, atas ou atais.

1.5. As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão detalhadas no ANEXO I.

1.6. Os candidatos aprovados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos em caráter temporário e filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, com contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

1.7. Não haverá cobrança de valores para inscrição no Processo Seletivo Simplificado de provas de Títulos Nº 05/2023.

2. DA DIVULGAÇÃO

2.1. A divulgação oficial do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado de provas de Títulos Nº 05/2023, em forma de extrato ou na íntegra, será efetuada através de publicação nos seguintes locais: no diário oficial do município de Paranaipoema - <http://www.oregionaljournal.com.br/Edicoes.html>, bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação.

2.2. As demais convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Processo Seletivo serão divulgados no site www.paranaipoema.pr.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.3. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes às convocações serão efetuadas sob responsabilidade exclusiva do Município de Paranaipoema, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.

3. DAS CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

- Para se inscrever o candidato deverá ler o edital em sua íntegra e preencher as condições especificadas a seguir:
- Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, amparada pelo Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses conforme disposto nos termos do parágrafo 15, artigo 12, da Constituição Federal e do Decreto Federal nº 70.436/72;
- Ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
- No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar, nos termos do Decreto nº 57.654/66, alterado pelo Decreto nº 93.670/86;
- Se for eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral;
- Possuir documentação comprobatória, no ato da contratação, dos REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS para o Cargo, conforme especificado neste Edital, e a DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA determinada conforme Edital;
- Ter aptidão física e mental e não possuir deficiência física incompatível com o exercício do Cargo de fonoaudiólogo.
- Não ter sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, condenado em processo criminal por prática de crimes contra a administração pública, capitulados nos títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492/86 e na Lei nº 8.429/92;
- Não estar, no ato da contratação, incompatibilizado para nova contratação em nova função pública;
- Não possuir antecedentes criminais;
- Não estar com idade de aposentadoria compulsória;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

4. DAS INSCRIÇÕES

- As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Educação, presencialmente, situada na Avenida Paranaipamema, Centro, na cidade de Paranaipoema-PR – Casa da Cultura, iniciando-se no dia 20 de julho de 2023 e encerrando-se às 16h do dia 31 de julho de 2023, observado o horário oficial de Brasília/DF e os itens estabelecidos no Capítulo 2. Das Condições para inscrição, deste Edital.
- A inscrição do candidato implicará no completo conhecimento e a tácita aceitação das normas legais pertinentes e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, e as condições previstas em lei, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.
- Em caso de mais de uma inscrição no mesmo cargo, o candidato será considerado apenas uma vez na lista de resultado/classificação, sendo considerada a última inscrição.
- Efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de opção de cargo sob hipótese alguma.
- A Comissão Especial, e a Prefeitura do Município de Paranaipoema não se responsabilizam por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Assim é recomendável que o candidato realize sua inscrição presencialmente.
- A partir do dia 02 de agosto de 2023, o candidato deverá conferir no endereço eletrônico, e no pago municipal se os dados da inscrição foram recebidos, ou seja, se a inscrição está confirmada.
- Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o Setor de Protocolo do Município de Paranaipoema, através do e-mail prefeitura@paranaipoema.pr.gov.br para verificar o ocorrido, nos dias úteis no horário das 9h às 17h, bem como interpor recursos nos termos deste Edital.
- A apresentação dos documentos e das condições exigidas para participação no referido Processo Seletivo será feita por ocasião da contratação, sendo que a não apresentação implicará a anulação de todos os atos praticados pelo candidato.
- As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, ainda que realizada com o auxílio de terceiros, cabendo à Prefeitura do Município de Paranaipoema e à Comissão Especial do Processo Seletivo a obrigação de aceitar a declaração que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
- O candidato que desejar concorrer à vaga na condição de deficiente, obrigatoriamente, no ato da inscrição, informar em campo específico da Ficha de Inscrição, e proceder conforme estabelecido no Capítulo 5 deste Edital.
- São de exclusiva responsabilidade do candidato, sob as penas da lei, as informações fornecidas no ato da inscrição.

5. DA INSCRIÇÃO PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- As pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste Processo Seletivo, desde que as atribuições da função pública pretendida sejam compatíveis com a deficiência que possuem, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004 e demais alterações.
- Em obediência ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004 e demais alterações, aos candidatos com deficiência, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir no prazo de validade do Processo Seletivo.
- São consideradas pessoas com deficiência as que apresentem, em certo grau, uma deficiência constante do Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e demais alterações.

5.4. Será eliminado da lista de deficientes o candidato cuja deficiência, declarada na inscrição, não se constate, devendo o mesmo constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.

5.5. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato cuja deficiência declarada na inscrição seja incompatível com a função pública pretendida.

5.6. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

5.7. As pessoas com deficiência participarão deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo da avaliação da documentação e critérios de aprovação e à nota exigida para todos os demais candidatos.

5.8. As vagas destinadas às pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5.9. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá declarar a condição na Ficha de Inscrição, bem como proceder de acordo com este Edital.

5.10. O candidato com deficiência, até o dia útil subsequente ao término das inscrições, deverá encaminhar à Comissão Especial, por e-mail ao endereço eletrônico prefeitura@paranaipoema.pr.gov.br, identificando o nome do Processo Seletivo no Assunto: Prefeitura do Município de Paranaipoema – Processo Seletivo Simplificado 05/2023 – PCD, os documentos a seguir:

- Declaração constante no Anexo II deste Edital, devidamente preenchida e assinada pelo candidato;
- Cópia do Laudo Médico atualizado, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, informando o seu nome, número do RG e do CPF.
- O laudo médico apresentado terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido.
- O candidato que não atender, dentro do período das inscrições, aos dispositivos mencionados neste Edital e respectivas alíneas e subitens, não será considerado pessoa com deficiência, seja qual for o motivo alegado.
- O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá interpor recurso em favor de sua situação.
- Os candidatos, que no ato da inscrição se declararem pessoas com deficiência, se aprovados no Processo Seletivo, terão seus nomes divulgados na lista geral dos aprovados e em lista à parte.

6. DA HABILITAÇÃO

- Este processo seletivo possui caráter classificatório.
- Os candidatos que não enviarem os documentos de acordo com as especificações constantes neste Edital abaixo não receberão a referida documentação, mas não serão eliminados do processo.
- O candidato deverá apresentar os documentos abaixo, no momento da inscrição, juntamente com a ficha, ou seja, até 31 de julho de 2023, sendo eles:
 - Títulos a que venha possuir, assim como seus respectivos históricos escolares;
 - Documento de Identificação (RG) e Comprovante de inscrição;
 - Formulário de entrega de títulos, cujo modelo é o constante do Anexo III deste Edital, identificado, preenchido com os Títulos a serem enviados e devidamente assinado; e
 - Comprovantes dos cursos (formação continuada).
- A comprovação de envio dos Títulos será feita pela data e horário de inscrição.
- Após o prazo estabelecido no item 6.3, não serão aceitos Títulos, sob qualquer hipótese.
- Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.
- Serão aceitos como documentos os Títulos que forem representados por Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por estabelecimento e instituições de ensino regulamentadas perante os órgãos e entidades oficiais de ensino estaduais e federais, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pelo expediente do documento.
- Os documentos de Títulos que forem representados por declarações ou certidões deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, mencionando a data da coleta de grau, bem como deverão ser expedidos por Instituição Oficial, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.
- O certificado de Pós-Graduação Lato Sensu, com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas, deverá estar de acordo com a Resolução CNE/CEES nº 1, de 8 de junho de 2007.
- No caso de Certificado de Conclusão de Pós-Graduação “Stricto Sensu” (Mestrado ou Doutorado), este deverá conter a data de conclusão e a aprovação da Dissertação de Defesa de Tese.
- Somente serão válidos para efeito de contagem dos títulos de Mestre e Doutor, os cursos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC.
- Os certificados expedidos em língua estrangeira deverão vir acompanhados pela correspondente tradução efetuada por tradutor juramentado ou pela respectiva tradução neste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.
- Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.
- É de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de Títulos.
- Não serão aceitas substituições de documentos, bem como, Títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste Capítulo.
- A documentação enviada para fins de obtenção de pontuação não será devolvida em hipótese alguma.
- A pontuação da documentação de Títulos e cursos (formação continuada) se limitará ao valor máximo de 100 (cem) pontos.
- No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.
- Serão considerados como Títulos e pontuados somente os constantes abaixo, que são capazes de revelar maior e melhor preparação dos candidatos, conforme segue:

7. DA PROVA DE TÍTULOS:

PONTUAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

TITULAÇÃO	PONTUAÇÃO	COMPROVANTES
Doutorado na área específica da graduação	20	Doutorado/Certificado ou Certidão de conclusão do Título de e histórico escolar.
Mestrado na área específica da graduação	10	Certificado e histórico escolar ou Certidão de conclusão do Título de Mestrado
Especialização na área de Educação	10 por especialização (máximo três especializações)	Certificado ou Certidão conclusão de Pós-Graduação de Especialização e histórico escolar.
Especialização	10 (uma especialização)	Certificado ou Certidão de conclusão de Pós-Graduação de Especialização e histórico escolar.
Experiência comprovada na área de atuação pretendida – máximo de 3 anos	10 por ano	Experiência comprovada através de registro em carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços na área pretendida.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

- A classificação de cada candidato será pela pontuação obtida nos títulos apresentados pelo Candidato, de acordo com o previsto no Capítulo 7 deste Edital.
- Os candidatos serão classificados por ordem decrescente da pontuação. Sendo publicada até a data prevista no Anexo IV deste Edital, através dos meios de divulgação neste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.
- Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:
 - O disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, sendo os candidatos enquadrados na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).
- Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver maior idade.
- O resultado provisório do Processo Seletivo Simplificado, estará disponível no pago municipal, cabendo pedido de recurso nos termos do Capítulo 11. Dos Recursos.
- Após o julgamento dos recursos, eventualmente interpostos, será publicada a Classificação Final, através dos endereços eletrônicos não cabendo mais recursos.
- A classificação no presente Processo Seletivo, não gera aos candidatos direito a contratação para o Cargo, cabendo a Prefeitura Municipal de Paranaipoema, o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos classificados, respeitando sempre a ordem de classificação, através dos termos de Convocação.

9. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- As pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste Processo Seletivo, desde que as atribuições da função pública pretendida sejam compatíveis com a deficiência que possuem, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004 e demais alterações.
- Em obediência ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004 e demais alterações, aos candidatos com deficiência habilitados, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir no prazo de validade do Processo Seletivo.
- São consideradas pessoas com deficiência as que apresentem, em certo grau, uma deficiência constante do Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e demais alterações.
- Será eliminado da lista de deficientes o candidato cuja deficiência, declarada na inscrição, não se constate, devendo o mesmo constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.

9.5. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato cuja deficiência declarada na inscrição seja incompatível com a função pública pretendida.

9.6. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

9.7. As pessoas com deficiência participarão deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo da avaliação da documentação e critérios de aprovação e à nota exigida para todos os demais candidatos.

9.8. As vagas destinadas às pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Processo Seletivo ou na pericia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

9.9. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá declarar a condição na Ficha de Inscrição, bem como proceder de acordo com o item 4.10 deste Capítulo.

9.10. O candidato com deficiência, até o dia útil subsequente ao término das inscrições, deverá encaminhar à Comissão Especial, por e-mail ao endereço eletrônico prefeitura@paranaipoema.pr.gov.br, identificando o nome do Processo Seletivo no Assunto: Prefeitura do Município de Paranaipoema – Processo Seletivo Simplificado 05/2023 – PCD, os documentos a seguir:

- Declaração constante no Anexo II deste Edital, devidamente preenchida e assinada pelo candidato;
- Cópia do Laudo Médico, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, informando o seu nome, número do RG e do CPF.
- O laudo médico apresentado terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido.
- O candidato que não atender, dentro do período das inscrições, aos dispositivos mencionados no item 4.10 e respectivas alíneas e subitens, não será considerado pessoa com deficiência, seja qual for o motivo alegado.
- O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá interpor recurso em favor de sua situação.
- Os candidatos, que no ato da inscrição se declararem pessoas com deficiência, se aprovados no Processo Seletivo, terão seus nomes divulgados na lista geral dos aprovados e em lista à parte.

10. DOS RECURSOS

10.1. O candidato que desejar interpor recurso em face dos atos previstos no presente Edital disporá de 2 (dois) dias úteis para fazê-lo, com início no dia útil seguinte à publicação do edital do evento, conforme segue:

- Divulgação do edital de abertura;
- Divulgação do indeferimento de inscrição;
- Divulgação do indeferimento da concorrência nas vagas reservadas às pessoas com deficiência;
- Divulgação Dos Pontos/Classificação.

10.1.1. Todos os recursos deverão ser interpostos em até 2 (dois) dias úteis, a contar da divulgação, por edital, de cada evento.

10.1.2. Os recursos interpostos que não se refram especificamente aos eventos apazados não serão apreciados.

10.2. Para recorrer, o candidato deverá entregar pessoalmente no endereço da Secretaria Municipal de Educação, ou através do endereço eletrônico da prefeitura municipal: prefeitura@paranaipoema.pr.gov.br.

